

retrato

doBRASIL



CRESCER É RUIM?

Para o governo, parece que sim. E Dilma e Serra, o que acham?

RÁDIO DIGITAL

À mercê do mercado, padrão brasileiro segue indefinido

MINERAÇÃO

Pará e Minas não querem ficar só com os buracos



O FUTEBOL E SUA GRANDE CRISE

DINHEIRO NÃO FALTA AO ESPORTE MAIS POPULAR DO MUNDO. MAS OS CLUBES ESTÃO ENDIVIDADOS E OS CRAQUES BRILHAM POR CADA VEZ MENOS TEMPO

04 **Ponto de Vista** **POR QUE CRESCER É RUIM?**

O governo quer brechar a economia. E Dilma e Serra parecem não ter o que dizer a respeito

08 **SÓ OS BURACOS**

Na mineração, geralmente é o que sobra. Os municípios de Minas e Pará, no entanto, esperam que a nova regulamentação do setor mude essa situação
[Gabriela Guedes]

12 **MUITO ALÉM DA TECNOLOGIA**

Ao deixar o ministério, Hélio Costa criou o Sistema Brasileiro de Rádio Digital. E legou ao mercado a definição do modelo
[Jonas Valente]

14 **O GRANDE JOGO DA BOLA E SUA CRISE**

O esporte mais popular do mundo agiganta suas finanças enquanto, em campo, apequena-se cada vez mais *[Antonio Martins]*



32 **A RATOEIRA DA GUERRA**

Sob a égide americana da "legítima defesa", o Paquistão vive um conflito silencioso. Que tende a piorar *[Flávio Dieguez]*



26 **QUEM DIZ O QUE QUER...**

O Departamento de Estado americano mete a colher, e a China recomenda: cuide do próprio quintal quando tratar de Direitos Humanos
[Flávio Dieguez]

28 **UMA REVOLUÇÃO MORENA**

Nos EUA, a população hispânica cresce e se mobiliza, tornando-se a mais nova força política do país
[Yuri Martins Fontes]

38 **GRITOS E SUSSUROS SOLTOS NO AR**

Gianfrancesco Guarnieri é homenageado no teatro pela atriz Georgette Fadel, com arranjos musicais de Edu Lobo e Carlos Lyra
[Izaías Almada]



44 TEMPO PERDIDO...

A polêmica reforma da Lei do Direito Autoral tenta corrigir atrasos sob as críticas de intermediários das obras culturais
[Aloisio Milani]

40 O LADRÃO DE PERNAS DE BORRACHA

Biografia do bandido ítalo-paulistano Gino Meneghetti reavalia lendas sobre o personagem, mas não analisa a cidade que lhe serviu de palco [Julia Andrade e Maurício Cardoso]



ERRATA Diferente do que foi publicado na edição de junho, nº 35, na reportagem "O leilão e o mercado", a foto da página 20 não corresponde ao titular do Ministério de Minas e Energia, Mácio Zimmermann (na imagem ao lado).

42 A ATUALIDADE DE MARIÁTEGUI

Tardiamente publicado no Brasil, pensador peruano, cuja obra tem mais de 2 milhões de exemplares vendidos, tornou-se referência marxista no mundo [Yuri Martins Fontes]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CAPA Laerte Silvano

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori SECRETÁRIO DE REDAÇÃO Thiago Domenici REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Calieri EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori ESTAGIÁRIOS Maurício Lima • Rodson Baldan REVISÃO Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Felipe Bio [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Aloisio Milani • Antônio Martins • Gabriela Guedes • Izaías Almada • Jonas Valente • Julia Andrade • Maurício Cardoso • Paula Sacchetta • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press



Por que crescer é ruim?

A economia brasileira acelerou no primeiro trimestre e Lula vibrou. Mas o governo está empenhado em freá-la. Por que nem Serra, nem - muito menos - Dilma criticam essa atitude?

A NOTÍCIA DE QUE O PIB brasileiro cresceu 9% no primeiro trimestre deste ano em relação ao do mesmo período do ano passado fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exultar durante um *tour* que realizou pelo Nordeste no mês passado (imagem ao alto). “É um crescimento exuberante”, disse ele em Fortaleza na presença do governador cearense, Cid Gomes, ao falar do anúncio feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto isso ocorria por aqui, as notícias sobre a crise financeira que atinge a Europa mostravam um agravamento. Após os governos de Grécia, Portugal e Espanha terem divulgado planos com profundos e dolorosos cortes nas despesas orçamentárias - que incluem redução de salários e demissões de funcionários públicos -, foi a vez de o governo da Alemanha anunciar sua intenção de fazer o mesmo - algo que

tem muito mais peso, já que se trata da mais forte economia europeia e uma das maiores do mundo. A crise no Velho Continente pode abalar a débil recuperação da economia dos EUA, levando-a a uma recaída de sua própria crise - que desta vez seria ainda pior que a primeira. O País vive uma campanha eleitoral. Se a crise é possível e pode ser dramática, quem terá de dirigir os esforços do Brasil para enfrentar os seus efeitos é o próximo presidente da República. No entanto, até as convenções partidárias nacionais, que definiram no mês passado as chapas dos principais concorrentes, a crise do sistema capitalista era uma questão praticamente ausente dos discursos de Dilma Rousseff e José Serra, os dois candidatos com mais chances de ganhar, segundo o estado atual da opinião pública. Por quê? Os motivos são dois.

O primeiro é que o debate eleitoral no Brasil, nos últimos tempos, não é o momento para discutir questões muito complexas e relevantes. A próxima etapa do calendário eleitoral começa neste mês, com a abertura da campanha autorizada pela legislação. Ainda não é a fase, tão aguardada, em que os postulantes aos cargos disputados nas eleições de outubro começarão a se utilizar de emissoras de rádio e TV. A fase da grande mídia eletrônica, que se inicia em meados de agosto, é encarada como essencial, especialmente para os concorrentes à Presidência. É quando os comitês de campanha de partidos e candidatos se empenham para ganhar o voto da massa dos eleitores com os maiores e melhores programas possíveis de rádio e TV e, agora, internet. Como se a eleição fosse o julgamento de um desfile de candidatos bem falantes e bem maquiados, e não um momento

de mobilização e reflexão profunda do povo do País.

A propaganda em rádio e TV é encarada de modo tão decisivo que acaba por justificar acordos entre forças políticas que, pelo menos em teoria, têm pouco em comum, do ponto de vista programático. O caso mais evidente é o da aliança preferencial do PT com o PMDB para a eleição presidencial. Graças principalmente à presença do PMDB, a coligação petista terá um tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV 23% superior ao da coligação tucana. O empenho petista em se coligar aos peemedebistas implicou em intervenções mais ou menos veladas em diretórios como os de Minas Gerais e Maranhão, para formalizar acordos com candidatos do PMDB aos governos estaduais. Na convenção peemedebista, ficou evidente que o acerto do PT com o PMDB pode custar caro ao partido de Lula. O ex-ministro Geddel Vieira Lima, que concorreu ao governo baiano contra o petista Jacques Wagner, disse que, num eventual futuro governo com Dilma à cabeça e o peemedebista Michel Temer como vice, seu partido quer uma participação ativa. O recado é evidente: o PMDB quer comandar mais ministérios que os atuais seis e maior poder para nomear seus quadros para ocuparem postos de direção nas estatais e nos principais órgãos federais.

A aliança preferencial do PSDB com o DEM também, pelo menos na aparência, deveria ser vista como problemática, especialmente porque Serra não só se diz como a esquerda do seu partido como tem feito críticas à política econômica do governo Lula, em especial à cambial. E o Democratas (ex-PFL) foge dessa discussão. O DEM está em evidente decadência desde que se tornou oposição ao governo federal. Mas está pressionando Serra. E este, com certeza para agradar sua direita, saiu-se com declarações inesperadas para quem se diz de esquerda.

Já antes da convenção ele tinha feito críticas ao governo da Bolívia - com quem a diplomacia brasileira, no governo Lula, mantém muito boas relações - por supostamente facilitar

o tráfico de drogas ao Brasil ao não combater eficazmente os traficantes em território boliviano. E elogiou o governo colombiano - que tem um acordo com os EUA para atuar contra produção de drogas - por ter comportamento inverso. Também criticou a iniciativa do governo Lula de mediar, com a Turquia, um acordo envolvendo o Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para tentar evitar a imposição de novas sanções pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Teerã. Como se sabe, a iniciativa fracassou e as sanções - propostas pelos EUA - acabaram aprovadas pelo Conselho

Dilma e Serra não falam da ameaça da crise internacional porque o momento eleitoral não é visto como adequado para a discussão de problemas muito complexos e relevantes. E porque não parecem dispostos a debater natureza dependente da economia do país

de Segurança da ONU com somente dois votos contrários, os de Brasil e Turquia.

Note-se que Serra não repudiou o ato de pirataria das forças de segurança de Israel - o grande aliado dos americanos no Oriente Médio -, ocorrido no final de maio contra seis embarcações que se dirigiam à Faixa de Gaza levando ajuda humanitária aos palestinos. Abordados pelos militares israelenses em águas internacionais, os militantes que faziam parte do comboio reagiram

utilizando estilingues. Nove deles foram mortos a tiros pelos soldados. O segundo motivo para a ausência de abordagem da crise internacional por parte de Dilma e Serra é que nenhum dos dois candidatos parece disposto a discutir um dos problemas centrais do desenvolvimento do País - a natureza dependente de sua economia. A notícia do "exuberante" crescimento da economia brasileira no início deste ano foi divulgada nos dias que antecederam as convenções. Paradoxalmente, mesmo antes de o presidente exultar com o resultado, dentro de seu governo já vinha ocorrendo uma mobilização para conter a suposta extravagância de tal vigor econômico. Para o Banco Central (BC), esse desempenho é um sinal claro de alta inflacionária para além dos limites da meta de 4,5% ao ano. E que, portanto, deve ser combatido com a elevação da taxa Selic, que baliza os juros básicos da economia. Para os ministros da Fazenda e do Planejamento, o resultado do primeiro trimestre também seria insustentável e já estaria sendo combatido. Apoiado nesses argumentos, o BC subiu os juros para 10,25% ao ano, dias depois do anúncio do IBGE - e possivelmente seguirá nessa tendência nos próximos meses. E os ministros da área econômica do governo, que já tinham ordenado um contingenciamento dos gastos governamentais previstos para este ano, definiram um novo corte. Os dois candidatos principais fugiram de um debate mais aprofundado sobre a questão. O opositorista Serra chamou a atenção para o fato de que a base de comparação é muito baixa. De fato, é: o Brasil cresceu 9% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao primeiro de 2009 - um dos piores trimestres desde que os efeitos da crise econômica internacional atingiram o País, quando a economia local teve uma queda de 2,1% em relação a igual trimestre de 2008. De fato, o Brasil cresceu mais que a Índia (8,6%) e apenas um pouco menos que a China (11,9%), no primeiro trimestre deste ano, nesse tipo de comparação. No entanto, seria preciso dizer que o crescimento deste ano de Índia e China se deu sobre uma base muito melhor que a do Brasil: no ano passado, os dois países cresceram, ►

respectivamente, 5,8% e 6,1% no primeiro trimestre. A situacionista Dilma foi além de Serra. A ideia de que é necessário dar prioridade à estabilidade de preços em detrimento do crescimento econômico foi passada por ela aos grandes investidores internacionais durante encontro em Nova York. Ciceroneada pelo ex-ministro Antonio Pallocci, considerado, por seu conservadorismo, um verdadeiro abrelatas junto ao grande empresariado internacional, ela elogiou o desempenho de Henrique Meirelles à frente do BC e destacou a importância que sempre atribuiu à condução prudente da política fiscal. A questão de fundo a ser examinada para avaliar o ritmo de crescimento brasileiro é a sua sustentabilidade. O colunista Celso Ming, do conservador O Estado de S. Paulo, resume-a e questiona. Os desenvolvimentistas do governo dizem que o País está

preparado para manter altas taxas de crescimento econômico - não de 11% ao ano, mas de 7%. E apontam para o nível de investimento medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), um dos itens das Contas Nacionais elaboradas pelo IBGE. No primeiro trimestre deste ano, esse índice alcançou 26,4% do PIB, valor considerado alto. Ming contra-argumenta dizendo assim: é preciso levar em conta que cerca de 40% da FBCF correspondem à construção civil, que não implica necessariamente maior produção. E, além disso, investimentos em máquinas e equipamentos não surtem efeitos imediatos: uma fábrica nova em instalação pode demorar três anos ou mais para começar a produzir. Portanto, diz Ming, a economia brasileira pode ter chegado próximo de seu limite de capacidade produtiva, e se mantiver o ritmo a consequência será a alta inflacionária.

O economista Amir Khair, que fez parte do secretariado da administração petista de Luiza Erundina na cidade de São Paulo, também acha que a conjuntura pode evoluir de modo desfavorável. Diz que a crise da Europa exigiria precaução e adoção de medidas que não desestimulassem o crescimento econômico, ao contrário do que está sendo feito. Porque isso pode afetar negativamente a débil recuperação americana e provocar uma recaída nos EUA. O que tornaria a situação da economia mundial muito mais complicada. As medidas anunciadas por vários governos europeus, na tentativa de reduzir seus déficits fiscais, em especial o da Alemanha, devem diminuir o consumo no Velho Continente. Com isso, as importações europeias tendem a cair. Isso é ruim para os EUA, que pretendem elevar aceleradamente suas exportações nos próximos anos e para países emergentes, como China e Brasil, que têm na Europa mercados importantes. Algo que pode ser agravado com a desvalorização do euro (de 21,2% nos últimos seis meses), o que torna o preço dos produtos europeus mais competitivo em relação aos do resto do mundo. O modelo de crescimento brasileiro seria o mais adequado para enfrentar esse momento? Segundo Mansueto Almeida e Alexandre da Silva, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), não. Em artigo publicado no final de abril no diário Valor Econômico, os economistas analisaram o investimento brasileiro em períodos escolhidos entre 1970 e 2006. Dividiram o total em três fontes - pública, privada e externa (sendo esta correspondente ao déficit em transações correntes). Segundo eles, "no presente momento, o dilema de como aumentar a taxa de poupança [de investimento] no Brasil está sendo resolvido mais uma vez pelo uso de poupança externa, o que significa que esforço de crescimento rápido vai implicar aumento do déficit em transações correntes". Em 2008, dizem, tal déficit chegou a 1,78% do PIB - "e não foi maior porque os efeitos da crise internacional

Serra, na convenção do PSDB: posições alinhadas com os EUA em política externa

Laio de Almeida/Folhapress



derrubaram o nível de investimento no último trimestre de 2008". Neste ano, quando o País retomou o ritmo de crescimento que mantinha antes da crise, estima-se que o déficit em transações correntes alcance 2,4% do PIB. Para os economistas do Ipea, a aposta que está sendo feita pelo governo Lula é "similar à dos anos 1970, pois há expectativa de um novo ciclo de aumento da taxa de juros internacional decorrente do crescente endividamento dos países desenvolvidos".

Ao que tudo indica, isso faz parte de um processo mais geral em que os países do centro capitalista tentarão impor uma nova configuração à economia mundial, na qual os emergentes - que antes eram seus sócios num processo de crescimento geral da economia global - devem agora, numa fase de contenção do crescimento do centro capitalista, ajudá-los a pagar o peso enorme de

suas dívidas, tornadas gigantescas com os gastos feitos para evitar a quebra de seus sistemas financeiros nos últimos dois anos. E o Brasil vai se enquadrando nesse esquema, porque exporta cada vez mais produtos de baixo valor agregado para os países capitalistas ricos e mesmo para a China, que é um novo polo da economia global e cujas exportações tornam-se cada vez mais sofisticadas. O déficit na conta de transações correntes do Brasil, que ameaça sair do controle já em 2011, reflete exatamente o fato de que o País está caminhando no sentido oposto ao dos chineses. Os dois candidatos no primeiro posto da disputa pela presidência querem ignorar esses fatos. Serra fala sobre os problemas cambiais do País como se essa fosse uma questão a ser discutida e resolvida em petit-comité, com os banqueiros. Dilma disse na Federação das Indústrias de Minas Gerais que o

capital estrangeiro não é mais nosso credor, é nosso sócio.

O Brasil passou a pagar nos últimos anos cerca de 30 bilhões de dólares anuais a título de lucros e dividendos do capital estrangeiro instalado no País. Está chegando a 10 bilhões de dólares anuais a conta líquida a ser paga por equipamentos estrangeiros alugados pelas empresas brasileiras - só uma plataforma de petróleo custa cerca de 500 mil dólares por dia. Que sociedade é essa? Ao exportar produtos de baixo valor agregado, mesmo com a elevação de seus preços nos últimos anos, na medida em que a crise da economia global se instalou já em 2006, nossas exportações - os navios de soja, minérios, carnes, frutas, sucos e mesmo petróleo - não são nem serão suficientes para pagar o preço das importações de alta tecnologia e os custos financeiros da dependência do capital financeiro internacional. ■

Dilma (com Temer, seu vice) na convenção do PT: em Nova York, ela defendeu a prioridade ao combate à inflação



Lula Marques/Folhapress

SÓ OS BURACOS

É a sobra que os municípios de Minas e Pará não querem mais com a nova regulamentação do setor mineral que o governo está gestando há sete anos

Vista aérea de Carajás (PA)

por *Gabriela Guedes*

“Alguns anos vivi em Itabira. Principalmente nasci em Itabira. Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro. Noventa por cento de ferro nas calçadas. Oitenta por cento de ferro nas almas”

O PEQUENO VERSO é parte do poema “Confissões de um itabirano”, de Carlos Drummond de Andrade. Nascido em uma das principais cidades mineradoras do País, o poeta precocemente previu a degradação de sua terra natal, à qual nunca mais retornaria. Quando Drummond publicou o texto, em 1945, a mineração era um setor desenvolvido e bastante organizado para a época. O Departamento Nacional de Produção Mineral (1934) já havia sido criado, o Código das Minas (1940) já regulamentava a atividade minerária e a Constituição Federal já previa que o subsolo pertencia à União. Porém, somente em fevereiro de 1967 – sete anos após a instalação do Ministério de Minas e Energia (MME) – o decreto-lei 227 estabeleceu a regulamentação que normatizaria a área. E só agora, em 2010, o Congresso Nacional debate a proposta para implementar um novo marco regulatório para o setor mineral. Pela primeira vez, as mudanças não virão sob a forma de um decreto, mas de projeto de lei, o que pressupõe um debate entre o Congresso Nacional e a sociedade.

Desde 2003, o MME vem trabalhando na consolidação de suas instituições diretamente ligadas ao setor mineral. Até 2007 foi proposto um conjunto de novas normas para viabilizar as mudanças institucionais e melhorar os procedimentos para outorga, fiscalização e controle dos direitos minerários. O processo culminou, em janeiro de 2008, quando da posse do ex-ministro Edison Lobão, com a determinação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o desenvolvimento de um novo modelo para a mineração brasileira.

“A partir desse momento, juntamos todas as informações anteriores acumuladas de grupos de trabalho, consultorias, seminários e diversas reuniões e estipulamos um cronograma de trabalho no qual, além da contratação de novas consultorias, ressaltamos a participação de todos os setores interessados na mineração”, explica a *Retrato do Brasil* Cláudio Sliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME. Ele destaca a participação nesse processo de entidades como as Associações dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) e dos Municípios Mineradores do Pará (Amepa) e a Associa-

ção Brasileira das Entidades Estaduais de Mineração (Abemin).

O anteprojeto que dá forma à proposta, na realidade, é composto de três projetos de lei: o que cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPC) e promove mudanças regulatórias (já enviado à Casa Civil), o que cria a Agência Nacional de Mineração (encaminhado ao Ministério de Planejamento e Orçamento) e o que promove mudanças na Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), ainda em discussão no MME.

As novas normas preveem ainda alterações nas regras para a autorização de pesquisa de lavra e para exploração das jazidas. Atualmente, o requerimento para pesquisar uma área mineral pode ser feito por qualquer pessoa – física ou jurídica (sem restrição de nacionalidade) – no DNPM. Na legislação vigente, a autorização é de três anos, podendo ser renovada por mais tempo, a critério do departamento. Com o novo marco regulatório, esse prazo passará a ser de cinco anos, com possibilidade de prorrogação, apenas uma vez, por mais três anos. O detentor da concessão tem prioridade para solicitar a exploração da lavra (mina) – hoje, essa exploração, uma vez obtida, tem caráter perpétuo; pelas novas regras, poderá ocorrer por, no máximo, 35 anos.

Sliar cita, como um dos principais avanços da proposta em relação à gesta-

ção, a criação do CNPM como fórum dos ministros para a discussão e aprovação de políticas nacionais. A fixação do valor mínimo que deve ser investido na fase de pesquisa e a mudança de prazo no contrato de concessão são apontados por ele como fatores que trariam mais segurança tanto para o Estado quanto para o próprio requerente da lavra. Já em relação à Agência Nacional de Mineração, o secretário afirma que o novo órgão proporcionará as condições de realização da gestão tecnicamente segura, transparente e rápida dos direitos minerários.

NEGÓCIO DOS ALVARÁS

As novidades têm como intuito mudar o confuso cenário descrito por Lobão durante audiência pública, realizada em março no Senado Federal. “É necessário pôr ordem em um setor hoje desorganizado, no qual das 160 mil áreas de minerações autorizadas apenas 8 mil são exploradas regularmente e de forma produtiva”, disse o ministro.

Para a deputada federal Bel Mesquita (PMDB-PA), um dos grandes problemas da legislação é ser “desatualizada especialmente em relação ao modelo de mercado competitivo em que se enquadra a indústria mineral atualmente”. Assim, segundo a paraense, a possibilidade de renovação do alvará de pesquisa por parte de seu detentor muitas vezes o transformaria em um bem negociável. De acordo com Mesquita, ►

Bel Mesquita: na relação com as mineradoras, os municípios são a parte mais fraca



Agência Câmara

este é um dos itens errados, cuja possibilidade de realização a nova legislação deve extinguir.

As declarações de Lobão desagradaram os empresários que, preocupados com os rumos do anteprojeto, têm reagido. Na mesma ocasião em que o ex-ministro participou do evento no Congresso, também estava presente Paulo Camilo Vargas Penna, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o órgão mais importante do setor privado no País, que representa 174 empresas e entidades da área – brasileiras e estrangeiras. Penna disse que é “essencial a discussão da matéria com os diferentes segmentos da sociedade para reduzir a insegurança jurídica e o grau de instabilidade no setor, antes que o Executivo encaminhe o anteprojeto para análise dos parlamentares”.

Embora estejam descontentes com as mudanças que os manterão sobre normas muito mais rígidas, os empresários foram poupados, até o momento, do fator mais polêmico: a CFEM, o *royalty* do setor. Paga aos municípios, aos estados e à União, a CFEM é uma espécie de ressarcimento pela exploração de um dos bens naturais não renováveis que é considerado dos principais responsáveis pelo chamado passivo ambiental e social – os impactos sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, sobre os municípios e seus habitantes.

SEM PRAZO

Atualmente, o cálculo da CFEM é feito com base no faturamento líquido, variável de acordo com o mineral extraído. Segundo dados do DNPM, a alíquota varia de 1% para o ouro até 3% para o minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio. Do resultado da aplicação da alíquota, 12% são destinados à União; 23% para o estado produtor e 65% para o município. Tal como ocorreu na novela desencadeada pela definição da legislação do petróleo da camada pré-sal, o ponto crucial do debate gira em torno desses percentuais do *royalty*. Ainda em fase de estudos, a proposta referente à contribuição deve ser encaminhada ao Congresso juntamente com os demais projetos, porém não há data prevista para isto.

A demora em apresentar diretrizes concretas para o cerne da questão, no entanto, gera questionamentos. Waldir Salvador, superintendente da Associação Mineira de Municípios (AMM), argumenta que não há segurança acerca do que será apresentado e se efetivamente algo será modificado. Ex-prefeito de Itabirito – município próximo

a Belo Horizonte, que tem na mineração importante atividade econômica – e ex-presidente da Amig, Salvador afirma que as entidades representativas participaram do processo, foram ouvidas, mas que o Ministério não atendeu às expectativas das cidades. “As mudanças fundamentais dizem respeito ao aumento da contribuição e à mudança na forma como é cobrada”. Basear a alíquota no faturamento líquido, como ocorre hoje, “dificulta o processo de recebimento e dá margem à sonegação”, diz ele. “Infelizmente, não temos nenhuma sinalização de que isso vá ser alterado”.

De acordo com Salvador, sempre houve dificuldade para desenvolver os assuntos da mineração no MME, inclusive pela rotatividade de ministros – foram seis durante os dois mandatos de Lula. “Não existiu um debate amplo sobre o novo marco. Isso é uma prova de incompetência do atual governo. Havia um ambiente para a discussão com as mineradoras e com os demais interessados. Sozinhos, [nós, os municípios] não podemos fazer nada, nossas associações são relativamente novas, enquanto as mineradoras são muito mais organizadas. Os interesses são divergentes, mas precisamos das indústrias. Mineração também é trabalho. Há lugares em que esse segmento é responsável por 75% da arrecadação municipal”, pondera o ex-prefeito.

Outro fator frequentemente apontado pelos representantes do setor é o descaso

das instituições competentes para com o minério. Prova disso, segundo eles, é que as extrações do minério e do petróleo são regidas pelo artigo 20, parágrafo primeiro da Constituição Federal. Consta no texto da Carta Magna que ambos são recursos naturais da União e, portanto, devem ter asseguradas a participação ou a compensação financeira por sua exploração. No entanto, na realidade, os dois receberiam tratamento diferenciado.

DESIGUALDADE

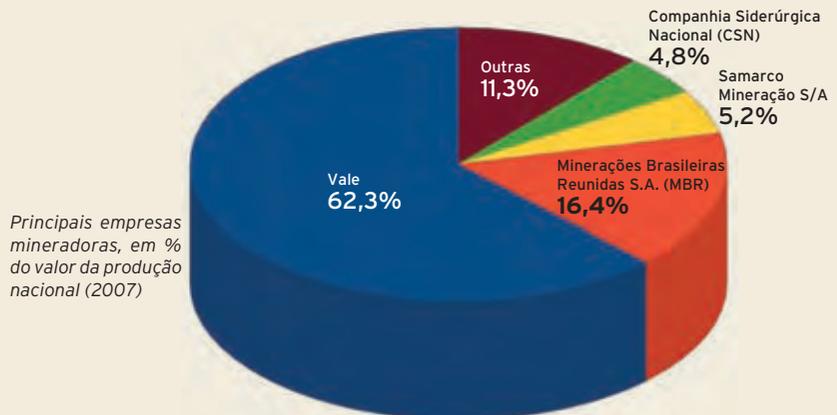
É o que garante José Aparecido de Oliveira, deputado federal (PV-MG) e pré-candidato ao governo mineiro. Autor de várias proposições sobre o tema, o parlamentar afirma que, graças à superioridade dos *royalties* pagos no setor petrolífero em relação aos do setor mineral, somente o município de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, ganha mais que todo o estado de Minas Gerais, maior produtor de minério do País.

Os números confirmam a afirmação do deputado. Consta na página do DNPM de 2010 que a arrecadação da CFEM até 31 de maio, em Minas, foi de 130,9 milhões de reais (43,34% do total recebido por todos os estados). E a realizada no Pará, segundo colocado no *ranking* da produção de minério, de 84,9 milhões de reais (28%). Já ao município fluminense, segundo informações do *site Info Royalties* da Universidade Cândido Mendes (Ucam), foram destinados

AS DONAS DO MINÉRIO

A Vale (com quase dois terços) e mais três empresas detêm quase 90% da produção brasileira

Segundo dados do Ibram, no ano de 2007 a produção mineral brasileira foi de 46 bilhões de reais e o valor das exportações correspondeu a 8,6 bilhões de dólares. Do total produzido, a Vale – que obteve lucro líquido de 21,3 bilhões de reais – foi responsável por mais de 62%. Já a arrecadação da CFEM, no mesmo período, foi de 547 milhões de reais, ou seja, menos de 12% do valor da produção.



Fonte: DNPM

no mesmo período 206,2 milhões de reais. Somados, os principais estados mineradores, responsáveis por cerca de 90% da produção de minério no País, ganharam pouco mais que apenas uma cidade detentora do *royalty* do petróleo.

“Devemos lembrar que a CFEM é paga por um bem que só dá uma safra”, diz Oliveira. “O desgaste e a mudança que a exploração de minério provoca na rotina de um município é incomparável à do setor petrolífero quando é realizada a quilômetros da costa e do cotidiano da população”, argumenta Oliveira, referindo-se aos casos de Campos e outros municípios. É de iniciativa do parlamentar o PL 1453/2007, que visa dobrar os percentuais referentes a cada um dos minerais para efeito do pagamento de *royalties*. Além disso, a proposição também cria a participação especial em casos de grande rentabilidade – como ocorre no setor petrolífero – aplicada sobre a receita bruta. Segundo o deputado, o Brasil é a única nação do mundo que cobra as alíquotas com base no faturamento líquido.

De acordo com Oliveira, as assembleias estaduais de Minas Gerais e do Pará assinaram manifestos em apoio à sua proposta. Na época, até mesmo o ex-governador Aécio Neves (PSDB/MG) e a governadora Ana Júlia (PT/PA) declararam ser favoráveis ao aumento da CFEM. O deputado mineiro afirma que “a distorção histórica é indefensável e lembra que “os três principais candidatos à Presidência da República – Marina Silva, Dilma Rousseff e José Serra – também se posicionaram em prol da revisão dos valores do *royalty* do minério.

Bel Mesquita compartilha com Oliveira a opinião de que é preciso aumentar o valor cobrado na CFEM, ressarcindo o município onde se localiza a jazida explorada. Para a deputada, o contato município e mineradora é uma relação que sempre tende a ser mais favorável ao empreendedor: “As empresas se instalam e promovem a retirada do minério, o que sempre atrai uma gama de pessoas para a cidade, causando graves problemas de ordem social, que podem ser minimizados com o pagamento e a boa utilização da CFEM?”.

Oliveira ressalta, no entanto, que não basta apenas modificar a CFEM. Ele defende a criação de uma cadeia produtiva do minério: “Precisamos construir uma visão estratégica, que agregue valor ao minério”, diz. “Para tanto, teríamos que rever a lógica de direcionamento do ‘produto’, que hoje exporta a maior parte da produção isenta da tributação do Imposto sobre Circulação



Agência Câmara

Oliveira: *royalties* remuneram um bem que só dá uma safra; ao final, resta apenas buraco

de Mercadorias e Prestação de Serviços por causa da Lei Kandir. Nada fica após a mineração, além do buraco”.

LOBBY MINERAL

Oliveira lembra que antes, nos ciclos do ouro e do diamante, “restou a herança cultural que pode ser vista em Ouro Preto e Diamantina”. “Hoje não há nada, nem um fundo de preservação, algo importantíssimo que está previsto em um dos projetos de lei do pré-sal. O Chile, após o terremoto de janeiro, está se reconstruindo com dinheiro do cobre, de um fundo criado para isto. É um absurdo que os lucros das mineradoras sejam cada vez maiores e que os municípios, estados e a União recebam tão pouco por algo ganho com um bem deles”, compara.

A dificuldade de pautar os assuntos referentes à mineração na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados também é mencionado pelo parlamentar como determinante na agenda da área. Oliveira diz que o único projeto sobre o setor que “anda” na Câmara é uma proposta que permite a mineração em terras indígenas (PL 1610/96) e que ganhou inclusive uma Comissão Especial para ser discutida. Nos corredores do Congresso levanta-se que uma das causas importantes da dificuldade em agendar os temas do setor relaciona-se com o financiamento das campanhas eleitorais. As mineradoras são,

ao lado das empreiteiras, duas das maiores financiadoras dos parlamentares. Segundo um artigo publicado em abril de 2008 no site jornalístico Congresso em Foco, dos 30 deputados que compunham a CME na época, 20 receberam doação do setor durante o período eleitoral de 2006.

É provável que, quando a reformulação da regulamentação entrar em vigor, a nova jazida de minério de ferro descoberta em uma das regiões mais pobres de Minas Gerais (o norte do estado) já esteja sendo explorada. A área descoberta tem, segundo especialistas, potencial de exploração semelhante à do Quadrilátero Ferrífero, como é conhecida a região de 7 mil quilômetros quadrados, com cerca de 30 municípios, próxima a Belo Horizonte, e que é responsável pela maior parte do faturamento da mineração em todo o estado.

O que escreveria o poeta, hoje, vendo que a mineração foi além da degradação que vivenciou? O que diria ao ver que sua cidade foi apenas o ponto de partida de uma realidade que avançou por outras partes do País? Sua pequena Itabira representou, como nenhuma outra, a dualidade imposta por uma das principais atividades econômicas do País: foi, de início, sede do desenvolvimento ocasionado pelo nascimento da Vale; mais tarde, viveu o impasse – e o vazio – que ficou após a empresa ganhar o mundo e se tornar a segunda maior da área no planeta. ■

MUITO ALÉM DA TECNOLOGIA

A portaria que criou o Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD) não decidiu pelo modelo a ser adotado, e as discussões prosseguem

por Jonas Valente

NO FILME MATRIX, o herói, Neo, passa a perceber a realidade quando começa a ver, para além de árvores, prédios e pessoas, o conjunto de letras e números que realmente os compõe. Fora da ficção, a história é parecida, ao menos no mundo digital. Por trás de imagens, sons e textos, estão zeros e uns (0 e 1), cujas combinações reproduzem boa parte do que vemos e conhecemos. O primeiro a utilizar esse tipo de suporte para as informações foi o computador.

Depois, as conhecidas ligações por pulso dos telefones se transformaram em chamadas que podem até ser feitas sem tocar no aparelho, usando o comando de voz. Recentemente, foi a vez da televisão, que migrou de suas ondas eletromagnéticas – aquelas por vezes tomadas por “fantasmas” – para a transmissão digitalizada. Com a era digital, instrumentos que antes só faziam uma coisa hoje transmitem voz, dados e imagens, recebem sinais por antena e acessam a internet. O

celular moderno é o grande símbolo deste momento, chamado por especialistas de “convergência midiática”.

Na rabeira deste processo está o rádio. Meio de comunicação fundamental para o desenvolvimento da mídia no Brasil, viveu sua “época de ouro” nas décadas de 1940 e 1950 e até hoje é o principal veículo de informação da população do interior e de quem está em trânsito nas regiões urbanas. Segundo o projeto Donos da Mídia (www.donosdamidia.com.br), que tem um mapa dos meios de comunicação no País, há atualmente 6.306 emissoras no Brasil, 2.055 que transmitem em FM, 1.702 em AM, 66 em ondas curtas, 75 em ondas tropicais e 2.408 são estações comunitárias. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estes veículos estão em 89% dos lares brasileiros. É o segundo meio de comunicação em penetração, atrás da TV, presente em 95% das casas.

Em vários países, esta mudança para o padrão digital já está em curso. Com a tecnologia, surgem possibilidades como a melhoria do som, maior interatividade e veiculação de mais de uma programação no mesmo canal (ver box). Para a professora Nélia Del Bianco, da Universidade de Brasília, a tendência é que o rádio digital provoque uma “hiperespecialização da programação radiofônica não somente pela música, com seus mais variados gêneros e estilos, mas essencialmente pela temática.” Por exemplo, uma emissora poderia ter uma programação apenas de música pop, outra só com notícias, esportes, serviços e assim por diante.

Desde a entrada de Hélio Costa no Ministério das Comunicações (Minicom), em 2005, a equipe da pasta discute a implantação do rádio digital no Brasil. Chegou-se a formar um conselho consultivo com a participação de acadêmicos, empresários e representantes de entidades da sociedade civil para auxiliar o ministro na definição do modelo. O grupo começou a se reunir em 2007, mas foi desmontado poucas reuniões depois. As discussões, no entanto, eram restritas a qual dos padrões internacionais seria adotado.

Hélio Costa manifestou a preferência pelo HD Rádio, da empresa norte-americana Iqity, padrão conhecido no meio especializado como Iboc, por realizar a transmissão do sinal digital dentro dos mesmos canal e faixa de frequência (In Band on Channel). Na prática, significaria que para ouvir uma emissora simplesmente se deveria sintonizar a mesma frequência da rádio no sistema analógico.

O padrão da empresa dos EUA era a escolha das maiores rádios comerciais por permitir uma transição sem a mudança dos canais. Este modelo evitaria uma reorganização das frequências e impediria a entrada de mais emissoras. No entanto, em vez de servir à ampliação de fontes e da concorrência, os empreendedores viram nessa possível reorganização uma ameaça aos negócios.

Os testes com o HD Rádio revelaram problemas. “Ele vem sendo testado no Brasil desde 2005. O resultado foi muito ruim, apresentando falhas na cobertura e delay [atraso entre a transmissão e a recepção] muito grande”, conta Arthur William, pesquisador e integrante do Coletivo Brasil de Comunicação Social

(Intervozes). Outro ponto negativo é o fato de a tecnologia ser proprietária. Por isso, as emissoras teriam de pagar para utilizá-la. Este fato preocupa várias estações, especialmente as comerciais de pequeno porte, as educativas e as comunitárias.

O resultado dos testes fez com que o Minicom, e parte dos radiodifusores, passasse a cogitar outro padrão, o Digital Radio Mondiale (DRM), criado por um consórcio de rádios públicas, adotado na Europa e em parte da Ásia. O principal obstáculo para a sua adoção aqui é o fato do uso da faixa FM não estar consolidado. Mas testes realizados no início do ano mostraram um desempenho melhor do que o padrão da Iqity.

Em vez de definir a política pública para o tema, Hélio Costa entregou a decisão ao mercado

Sem decidir, Hélio Costa optou por uma saída “à mineira” e publicou, no seu último dia à frente do ministério, a portaria que cria o Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD) apenas com princípios e objetivos, mas sem a definição do padrão. O documento, de 31 de março, estabelece que o sistema deva promover a inclusão social e a diversidade cultural do País, propiciar a expansão do setor, possibilitar a participação das universidades e seus pesquisadores na adequação da tecnologia às demandas nacionais e criar uma rede de educação a distância. O SBRD também deve, de acordo com o texto, proporcionar o uso eficiente das

radiofrequências, garantir a cobertura pelo sinal digital de áreas maiores do que as atuais, permitir a transmissão de dados auxiliares e viabilizar soluções para meios de baixa potência.

Em vez de definir a política pública para o tema, o ministro entregou a decisão ao mercado. “Estamos dando o caminho para que as empresas, com seus técnicos e com apoio valiosíssimo da Anatel e do Ministério das Comunicações, possam concluir por um sistema que vai poder atender a necessidade brasileira”, disse na cerimônia de assinatura da portaria. Em linhas gerais, as emissoras poderão escolher em qual padrão transmitir. Os fabricantes, por sua vez, terão de adaptar os receptores à tecnologia escolhida pelo mercado.

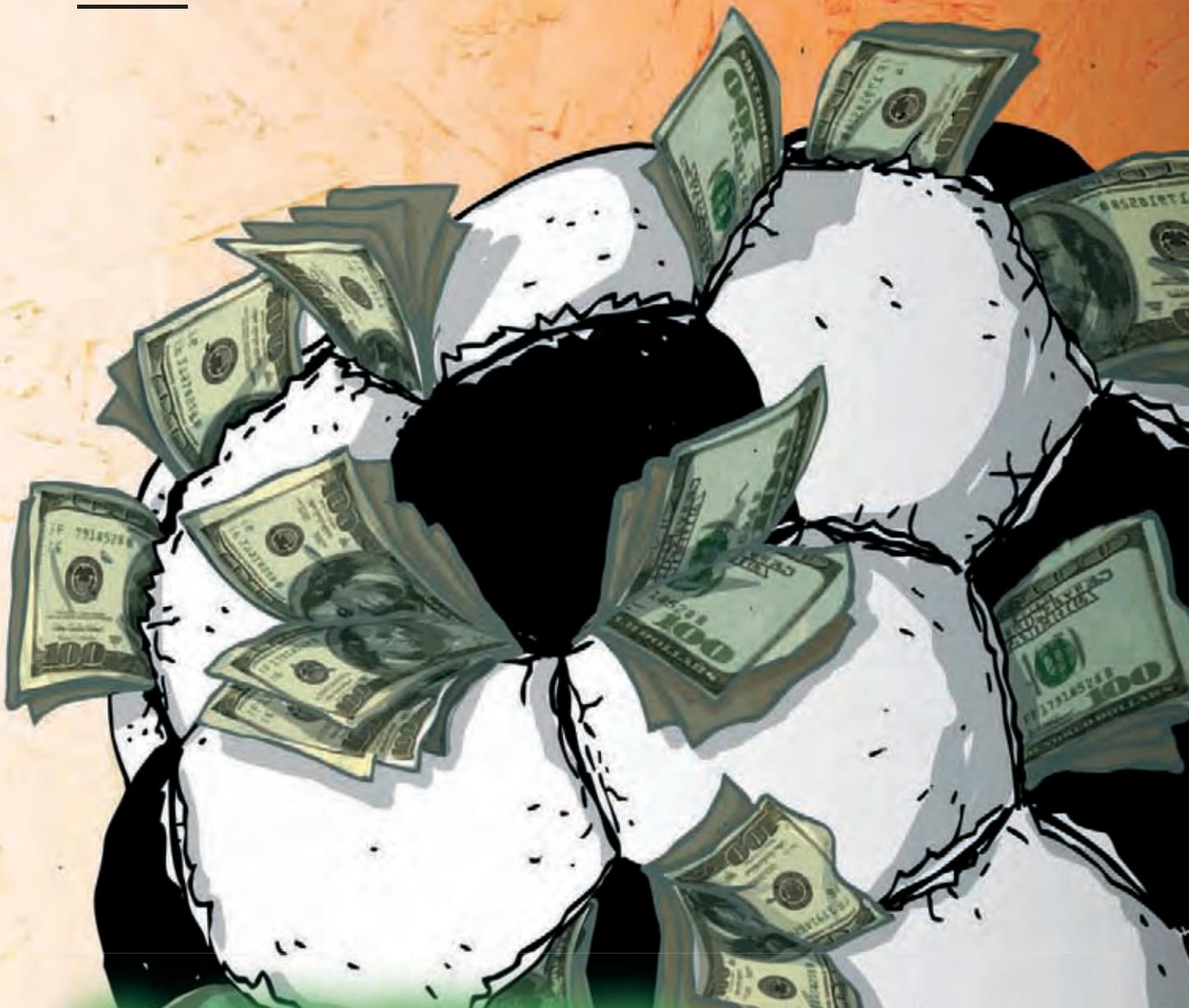
Em reação ao caráter genérico do documento, a Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), que congrega afiliadas à Band e à RedeTV, cobrou do Minicom “ação e investimentos” para o setor, sem deixá-lo “a mercê de tecnologias estrangeiras”. A entidade reivindicou ainda espaço para as emissoras AM na faixa de FM sem deixar clara sua preferência.

Entidades da sociedade civil também entraram em campo para disputar o modelo a ser adotado pelo país. Em carta, o grupo – que envolve a Associação de Rádios Públicas, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, a Sociedade Brasileira de Estudos de Comunicação e o Coletivo Intervozes – solicitou ao Minicom em 23 de abril a criação de um grupo de trabalho para discutir as estratégias de implantação da nova tecnologia e um estudo comparativo entre os modelos internacionais. “A adoção de qualquer sistema sem debate e reflexão rigorosos ou de forma automática e sem aprimoramentos tecnológicos poderá trazer sérios problemas e não atender à realidade brasileira”, pontua o texto.

Para o engenheiro Takashi Tome, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), o foco não deve ser no padrão, mas no que se espera dele. “A tecnologia digital faz sentido se possibilitar um aumento de emissoras no espectro e se baratear o custo e democratizar o acesso ao sistema. Temos que colocar nossas demandas e interesses e ver qual padrão dá conta de atendê-los”, finaliza. ■

A rádio digital vai ter:

1. Qualidade de som de CD.
2. Incluir mais programações dentro de um canal, aumentando o número de fontes de informação e cultura.
3. Incluir dados adicionais no visor do aparelho, como informações sobre o tempo e sobre o trânsito.
4. Abrir um canal de participação direta do ouvinte pela própria frequência ou pela internet.



O GRANDE JOGO DA BOLA E SUA CRISE

O esporte-espetáculo, do qual a Copa é o símbolo maior, vive um impasse: após ter conquistado o planeta e gerado fortunas, dentro de campo parece cada vez mais apequenado

por Antônio Martins





NA APARÊNCIA, o mundo fantástico do futebol zomba da aspereza da crise. Às vésperas da Copa do Mundo, a Fifa (Fédération Internationale de Football Association, a entidade que comanda o esporte globalmente) estimou que o número de telespectadores do evento chegaria a 2,6 bilhões de pessoas – dois em cada cinco habitantes do planeta. A entidade calcula que hoje 250 milhões de pessoas pratiquem o futebol, em todo o mundo. Nos últimos quarenta anos, ele expandiu-se de seus redutos iniciais – Europa e América do Sul – e tornou-se popular na África, Ásia e Oriente Médio. A tal ponto que o número de federações nacionais filiadas à Fifa (210) supera o de Estados-membros da ONU (192).

Essa popularidade tem sido crescentemente mercantilizada: os grandes clubes europeus geram receitas na casa das centenas de milhões de euros e os grandes astros do esporte recebem salários em torno de 1 milhão de dólares ao mês. Por trás desses grandes números, no entanto, o esporte vive o torvelinho de sua segunda grande transição. Como a primeira, esta está imbricada com mutações do capitalismo. A mais antiga deu-se em meados do século XIX, quando o jogo de bola deixou de ser uma celebração lúdica e ritual, sem regras claras ou campeonatos, e passou a esporte normatizado. Surgiram então as instituições do jogo: leis, árbitros, federações para organizar torneios. Os atores foram separados em duas categorias: jogadores e plateia. A responsabilidade direta de decidir o resultado de cada partida foi transferida aos primeiros. Aos segundos, restou apoiar os onze escalados. Ainda assim, a plateia não foi totalmente reduzida à condição de espectadora. Estava presente, era o “jogador camisa 12”, um fator relevante para a definição do resultado de uma partida.

A segunda grande transformação começa em meados dos anos 1970 e está relacionada às profundas modificações sociais e econômicas que marcam o surgimento da “economia do imaterial”. Ela é alimentada por dois fenômenos sociais. Um é o fato de que o futebol passou a ser acompanhado por parcelas da população muito mais vastas que o antigo universo dos torcedores. Essa popularização, paradoxalmente, levou ao segundo fenômeno, o de mudança da relação econômica e comportamental entre o esporte e seu público. As cente-

nas de milhões de pessoas que se ligam ao futebol já não agem, em sua imensa maioria, como torcida – no sentido de terem compromissos de comparecer e influir direta e frequentemente nas partidas (exceto as chamadas “organizadas”, barulhentas, porém minoritárias).

O ingrediente essencial na “liga” que dá consistência a essa nova receita é o dinheiro – daí o enorme crescimento da “indústria” do futebol. E o primeiro intermediário dessa relação entre o esporte e seus seguidores é a TV, com suas imensas audiências que resultam em vitrines avaliadas em centenas de milhões de euros.

Mas, numa época em que o vínculo com o time já não se expressa majoritariamente na presença em estádios, a adesão a ele precisa se materializar em objetos – ou... mercadorias. Por isso, as empresas também procuram associar diretamente suas marcas aos clubes e ao seu universo.

É no interior dessas novas relações que parece estar em gestação uma crise. Seu primeiro elemento é financeiro. As somas cada vez maiores investidas no futebol desencadearam uma espiral que pode se tornar insustentável. Os salários e custos com transferência dos jogadores (de longe, principal item de despesa dos grandes clubes) têm crescido mais que a arrecadação. Fala-se abertamente na existência de uma “bolha”. Os riscos podem se agravar se a crise econômica mundial derivar, em algum momento, em redução substancial da publicidade e patrocínios destinados ao esporte.

O segundo elemento é técnico. Não há nenhum sinal de que a enorme massa de capitais alocada no futebol tenha produzido alguma evolução na qualidade do jogo. Ao contrário: a multiplicação do número de partidas e campeonatos – necessária para abrigar um volume cada vez maior de publicidade e patrocínios – está esgotando os jogadores.

Ao longo deste artigo vamos examinar os diversos aspectos desse “novo futebol” e sua crise. Que não pode ser visto como mero resultado da intromissão do dinheiro no esporte. No futebol, como na vida, o capital não traz mudança de comportamentos: ele busca capturar seus resultados. Nossa série mostrará também que há alternativas – e que elas estão surgindo no próprio interior do modelo gerador de mercantilização, superclubes e megaeventos. ▶

Duas transições, um personagem

Quando teve papel central nas mudanças do futebol, o dinheiro se voltou inicialmente contra barreiras aristocráticas

Em 1974, quando o brasileiro João Havelange assumiu a presidência da Fifa para uma gestão que iria se prolongar por 24 anos, o futebol era um esporte apenas parcialmente aberto ao poder do dinheiro. O público pagava entradas para assistir às partidas nos estádios. Os direitos de exclusividade dos clubes sobre os jogadores por eles formados ou revelados (os “passes”) eram comercializados. Os recursos auferidos por essas duas formas de receita pagavam os salários dos atletas e as demais despesas de manutenção do time. Mas era só: a economia do esporte limitava-se, em essência, a esta fórmula primária de balanço entre entradas e saídas.

A força de Havelange estava na periferia. Sua campanha incluiu lances ousados, como defender o ingresso da China na Fifa. Sua eleição foi possível porque um número crescente de países africanos e asiáticos ingressara na federação. No poder, dobrou o número de participan-

tes na fase final da Copa do Mundo (de 16 para 32) para abrir caminho a seus aliados. Assim, forçou a realização de torneios eliminatórios importantes e concorridos, que difundiram o futebol nesses continentes.

A era Havelange coincidiu com a introdução de novidades tecnológicas que facilitaram as transmissões ao vivo e a grandes distâncias (até então, salvo em raras oportunidades, a TV apresentava apenas o videoteipe de partidas locais). Ao longo dos anos 1980 e 1990, ele negociou pessoalmente contratos bilionários de direitos sobre a Copa do Mundo e as eliminatórias. Irrigou a Fifa e as federações nacionais de dólares. Eleito em 1974 por oito votos de diferença, não teve concorrentes em nenhuma de suas reeleições e fez, em 1998, seu sucessor – o suíço Joseph (Sepp) Blatter.

A mercantilização do futebol desencadeada por Havelange assumiria

rapidamente dinâmica própria e mudaria aspectos essenciais do esporte. Mas sua consolidação foi pontilhada por dois episódios curiosos. As “Leis do Passe”, que vigoravam em todo o mundo, vieram abaixo a partir de 1995, após iniciativa isolada de um atleta inexpressivo em termos técnicos, como narrado em detalhes em *Os donos do campo e os donos da bola*, dissertação de mestrado de Paulo Miranda Favero, defendida no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Em 1990, Jean-Marc Bosman, do clube belga Liège, tentou transferir-se para o Dunkerque, da França. Este, no entanto, recusou-se a pagar os 225 mil dólares relativos à cessão de direitos sobre o jogador. Bosman apelou para a justiça. O caso acabou no Tribunal Constitucional Europeu, que deu ganho de causa ao atleta. A nova regra – à qual a Fifa, a princípio, resistiu – iria se espalhar pelo mundo em poucos anos. Estava aberto o caminho para o surgimento de um enorme mercado mundial de atletas.

O segundo episódio foi a guerra dos *hooligans*, os torcedores fanáticos e ultraviolentos que infestaram o futebol

Havelange e Blatter: em 1998, após 24 anos no poder, o brasileiro que mudou a Fifa passou o comando do futebol mundial



Reuters

EUROPA: BILHETERIA É A PARTE MENOR

Pouco mais de um quarto da receita dos principais clubes europeus vem do público que frequenta estádios

| Receitas de clubes europeus, por modalidade e total (2009) | | | | |
|--|------------|-------|-----------|--------------------------|
| | Bilheteria | Mídia | Marketing | Total (milhões de euros) |
| Real Madrid | 25% | 40% | 35% | 401 |
| Barcelona | 26% | 43% | 31% | 366 |
| Manchester United | 39% | 36% | 25% | 327 |
| Bayern | 21% | 24% | 55% | 290 |
| Arsenal | 45% | 34% | 21% | 263 |
| Chelsea | 36% | 38% | 26% | 242 |
| Liverpool | 23% | 40% | 37% | 217 |
| Juventus | 8% | 65% | 27% | 203 |
| Internazionale | 14% | 59% | 27% | 197 |
| Milan | 18% | 53% | 29% | 187 |
| Total | 27% | 41% | 32% | 2.693 |

Fonte: Relatório Sport Business Group, da Deloitte, auditoria e consultoria internacional, com base nos balanços dos clubes

europeu nos anos 1980. No ápice do fenômeno, em 1985, 39 torcedores morreram no Heysel Stadium, em Bruxelas, durante a disputa da partida decisiva da copa europeia do ano – entre o Liverpool, inglês, e o Juventus, italiano. A agressão, que partiu da torcida do Liverpool, desencadeou repúdio internacional.

Como resposta, as autoridades britânicas adotaram medidas rígidas de segurança nos estádios: menor número

de desde a antiguidade, o jogo da bola começou a ser regrado na Inglaterra, no início do século XIX. Por algum tempo, confinou-se nas escolas de elite. Foi aos poucos normatizado (vem dessa época a separação definitiva entre o futebol e

Um valor mais alto se levanta

A mercantilização mudou o negócio do futebol. E forçou os clubes a estabelecerem curiosas relações com os investidores

“O preço dos ingressos elitizou-se faz tempo. Mas garantir que o torcedor possa ir ao estádio é papel do Lula. O meu negócio é assegurar a sobrevivência do esporte”. Ex-diretor do Atlético Paranaense e do Clube dos Treze (que reúne os vinte maiores clubes brasileiros), Mauro Holzmann assumiu há cerca de um ano a responsabilidade pelo *marketing* da Traffic Sports.

Os anos 1990 foram uma espécie de “década chinesa” para o futebol europeu. A entrada maciça dos recursos da TV multiplicou as receitas (em 500%, segundo alguns cálculos), mas desencadeou uma disputa hiperinflacionária pelos jogadores. Ao fim, a composição do faturamento dos clubes havia se alterado inteiramente.

Ela passou a ser composta, basicamente, de cinco itens, que podem ser divididos em dois grupos. Num deles estão dois elementos que variam muito de clube para clube. A receita associativa

o rúgbi): o advento do trem permitia às equipes viajar, mas para haver torneios era preciso regras uniformes.

A plasticidade do novo esporte recendeu, em pouco tempo, sua popularidade. Mas, para praticá-lo, os jogadores oriundos da classe operária precisavam ser remunerados. Nos anos 1870, cem anos antes de Havelange, os clubes do norte da Inglaterra passaram a cobrar ingressos do público – e a remunerar (por partida) os melhores praticantes do esporte. A qualidade do espetáculo mantinha a torcida presente.

Em todo o mundo, a profissionalização foi, a princípio, rejeitada pelas federações aristocráticas. Em São Paulo, por exemplo, Paulistano e São Paulo Athletic, os grandes campeões das primeiras décadas do século XX, abandonaram o futebol quando Corinthians e Palmeiras, clubes populares, foram admitidos na federação local e em seguida se profissionalizaram. A defesa do amadorismo era uma máscara para tentar alijar do esporte pretos e pobres – precisamente os dois grandes grupos de onde sairiam quase todos os gênios da história do futebol.

A era Havelange coincide com o aprimoramento das transmissões de televisão

de espectadores, vigilância e exigências mínimas de conforto que demandavam reformas custosíssimas. A solução dos clubes foi buscar, agora também nos campeonatos nacionais, um novo público – o que podia assistir às partidas pela TV.

Convidado a ingressar no futebol, o dinheiro iria fincar profundas raízes nos campos. E, como durante a primeira transição do futebol, que se deu em meados do século XIX, foi convocado como meio de enfrentar a aristocracia. Prática-

é muito importante para equipes como o Barcelona espanhol, o Internacional ou o Grêmio de Porto Alegre (como se verá adiante), mas desprezível ou deficitária para muitas outras. A transferência de jogadores é superavitária em países como Brasil (especialmente), França, Holanda e Croácia, mas deficitária nos grandes centros financeiros do futebol – Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha.

A mina de ouro hoje é outra, como mostram dados sobre a arrecadação dos dez clubes mais ricos da Europa. Mais de 40% do faturamento vêm de um item que há quatro décadas era quase inexistente: a cobrança de direitos sobre a transmissão das partidas pela TV. É um negócio bilionário e um hábito cultural contemporâneo: as partidas dos campeonatos europeus – onde atuam os grandes craques do planeta – são acompanhadas ao vivo nos lares do Brasil, nos restaurantes chineses ou nos pubs do Quênia. ▶



Holzmann: “garantir que o torcedor possa ir ao estádio é papel do Lula – o meu é assegurar a sobrevivência do esporte”

A segunda fonte principal de receitas é o *marketing*. Nas camisetas de quase todos os times, a marca do patrocinador principal é hoje muito mais visível do que o próprio escudo do time. Há subespaços disponíveis nas mangas, golas, regiões do abdome e das axilas (para desodorantes, por exemplo) e nos calções. São cada vez mais comuns as lojas de produtos com a grife dos clubes (uma camiseta original, o item mais difundido, custa cerca de 150 reais, no Brasil). E cresce a associação do nome das equipes a produtos que nada têm a ver com o esporte.

Os ganhos decorrentes do uso do estádio também são expressivos. O preço dos ingressos é alto (39 euros, em média, nos jogos do inglês Manchester United). Ainda assim, a ocupação média dos estádios na Europa está há 12 anos acima de 90% da capacidade total. Nas “arenas” (nome pelo qual estão se tornando conhecidos os novos estádios) europeias, os ingressos simples oferecidos ao público tornaram-se apenas um dos múltiplos itens à venda. Surgiram setores confortáveis ou mesmo luxuosos, cuja entrada é ainda mais cara. Aluga-se toda a estrutura para shows e eventos religiosos.

A própria denominação da “arena” flutua ao sabor do dinheiro. Os clubes passaram a explorar os naming rights de seus estádios. Por 100 milhões de

libras (cerca de 270 milhões de reais), por exemplo, o inglês Arsenal rebatizou sua casa, transformando-a no Emirates Stadium (referência a uma companhia aérea).

Num ambiente ultracompetitivo por natureza, o aumento rápido de receitas desencadeou instantaneamente um choque simétrico e também brutal nas despesas. Para atrair público, TV, patro-

Na Europa, os ingressos são caros, mas a ocupação média passa de 90%

cinadores e *marketing*, os clubes precisam ganhar campeonatos, oferecer espetáculo, montar excelentes elencos. Mas, com o fim do “passe”, eles já não podem reter os jogadores. Firmam contratos curtos (em geral, de três anos, no máximo; no Brasil, podem chegar até cinco, no caso de atletas ingressantes no profissionalismo). Livres para defender qualquer clube, os melhores jogadores precisam ser atraídos por salários estratosféricos. Os pouco

mais de um milhão de euros mensais pagos ao português Cristiano Ronaldo pelo Real Madrid não são exceção. Os 50 jogadores mais bem remunerados do mundo (todos atuando em clubes europeus) recebem ordenados de no mínimo 400 mil euros mensais. A inflação alastra-se para as demais faixas. No Velho Continente, a folha de salários dos jogadores abocanha a cada ano, sozinha, entre 60% e 63% de toda a arrecadação multimilionária dos clubes.

Por isso, cresceu, tão astronômica quanto as entradas financeiras dos clubes, sua dívida. A esse respeito, a Federação Europeia de Futebol (Uefa) produziu no ano passado um relatório alarmante. Intitulado “Panorama dos clubes de futebol europeu”, ele revela que os 1,3 mil clubes do continente acumulam uma dívida de 6,3 bilhões de euros; que 47% das equipes nem sequer cobrem seus custos; e que para cada 5 mil euros de faturamento, a maioria dos clubes europeus gasta, em média, 6 mil euros.

Incapazes de fazer frente sozinhos às novas exigências do negócio-futebol, os clubes são obrigados a procurar quem tem dinheiro. Em quase toda a Europa, a legislação permite que os clubes sejam, ao mesmo tempo, empresas. No início deste ano, 24 grandes clubes europeus tinham capital aberto em bolsas de valores.

O ritmo é chinês, mas...

O futebol brasileiro cresce em torno de 10% ao ano. O sonho dos grandes craques, no entanto, ainda é jogar na Europa

No Brasil, embora a chamada Lei Pelé (Lei 9615/1998) tenha permitido que os clubes se transformassem em empresas, nenhum dos grandes aventurou-se a tanto. Como o País — grande exportador de craques — não está imune à inflação de custos, surgiram esquemas alternativos.

Um deles são os grandes investidores — como a Traffic. Pioneira no *marketing* esportivo, originária de um pequeno investimento de J. Hawilla, ex-jornalista demitido pela Rede Globo por ter participado da greve da categoria em São Paulo, em 1979, ela fez fortuna, em três décadas. Sua ascensão é simétrica à emergência do futebol-mercadoria. Começou comprando, e transformando em negócio, os painéis de publicidade dos estádios. Aos poucos, ensaiou passos maiores — como revitalizar a Copa América de Seleções, da qual tornou-se organizadora exclusiva.

Nos últimos anos, a Traffic entrou no ramo de gerenciamento de futebol. Montou um time — o Desportivo Brasil, de Porto Feliz (SP). Muito capitalizada, aproveita-se de uma janela na Lei Pelé e procura lucrar com transferências de atletas. Do antigo “passe” dos jogadores ficou um resquício. Quando um atleta muda de clube em meio a um contrato em vigor, o rompimento do compromisso gera uma multa — quase sempre paga pelo clube para o qual ele se transfere. Em torno dessa multa, surgiu um negócio.

A Traffic socorre os clubes que precisam de reforços mas que não têm caixa para pagar as multas rescisórias. Ela paga. O jogador é registrado no Desportivo Brasil, que o cede à equipe necessitada, por empréstimo. A expectativa é ganhar no momento em que, valorizado por boas atuações no clube ao qual foi emprestado, o atleta for novamente transferido. A multa, paga agora ao Desportivo Brasil, será mais alta — e a empresa embolsará a diferença.

Só nos cinco clubes brasileiros classificados para disputar este ano o torneio latino-americano (a Taça Libertadores da América), a Traffic-Desportivo Brasil

mantinha treze jogadores. Para selecionar os melhores, construiu uma rede de “olheiros” que atua em todo o País (comandada por Dario Pereyra, um grande craque dos anos 1970 e 80).

Uma das grandes vantagens da Traffic é que, diferentemente dos clubes para os quais cede jogadores, ela não precisa formar um elenco: pode

Do antigo “passe” ficou um resquício — a multa —, que se tornou um negócio

investir nos talentos mais promissores e espalhá-los em múltiplas vitrines. Não está pressionada a ganhar campeonatos. Está livre das tensões comuns aos times (eleições, disputas políticas, malcriações da torcida). É um mal?

“Compare o dirigente de um clube ao dono ou executivo de uma siderúrgica”, argumenta Fernando Gonçalves, diretor-executivo da Traffic. “Ambos precisam

de dinheiro para concretizar seus planos. Nossa especialidade é o futebol. Assim como os bancos, mantemos inteligência para avaliar nossos investimentos. Somos culpados por sermos eficientes?”

Pelo menos dois outros grandes investidores — o banco BMG e os supermercados Sonda — seguiram, nos últimos anos, caminhos muito semelhantes aos da Traffic. São, digamos, a ponta de lança da financeirização do futebol brasileiro. Poderão, um dia, serem maiores do que os clubes?

Marco Aurélio Cunha, superintendente de futebol do São Paulo, duvida. Ele acredita que está emergindo uma nova divisão de trabalho no futebol. “Os investidores têm muito dinheiro, e nesse sentido são úteis. Mas sem os clubes e sua paixão, de que serve este capital? Quem irá ao estádio para torcer pelo time de uma empresa? Quando um clube está ameaçado, é como crise na Santa Casa: todo mundo ajuda. Mas quem reunirá fundos, centavo por centavo, para salvar da falência um investidor falido? Eles são como pais novos-ricos, que precisam casar o filho com uma família de sobrenome nobre. Só os grandes times vendem espetáculo, símbolo, prestígio, poder”.

As mudanças no negócio-futebol também afetaram os jogadores brasileiros, tal como deveria ser. Em 1983, o tricampeão mundial Paulo César Caju e o hoje técnico Mário Sérgio eram os maiores salários do futebol brasileiro. ▶

Gonçalves, da Traffic: “somos culpados por sermos eficientes no futebol?”



Paula Sacchetti

BRASIL: BILHETERIA AINDA É SIGNIFICATIVA

Arrecadação com ingressos se mantém maior que a de *marketing* como fonte de receita entre os grandes

| Receitas de clubes brasileiros, por modalidade e total (2009) | | | | |
|---|------------|-------|-----------|--------------------------|
| | Bilheteria | Mídia | Marketing | Total (milhões de reais) |
| São Paulo | 30% | 40% | 30% | 87 |
| Internacional* | 23% | 35% | 42% | 73 |
| Corinthians | 41% | 31% | 28% | 72 |
| Flamengo | 27% | 47% | 26% | 70 |
| Grêmio* | 45% | 38% | 17% | 66 |
| Palmeiras | 53% | 28% | 19% | 65 |
| Cruzeiro | 24% | 52% | 24% | 42 |
| Fluminense | 23% | 58% | 19% | 36 |
| Total | 35% | 39% | 26% | 510 |

* Inclui sócios-torcedores

Fonte: Valor das marcas dos 12 maiores clubes do Brasil-2009, Crowe-Howarth RCS, com base nos balanços dos clubes

ro. Ganhavam o equivalente a 1,5 mil dólares mensais. Nos anos 1990, o hoje comentarista Neto era a estrela máxima do Corinthians. Nunca passou de 5 mil dólares por mês. Hoje, diz Mário Holzmann, da Traffic, “paga-se o salário de Caju, como incentivo, à família de um garoto promissor do infantil” (já que o próprio menino não pode ser legalmente contratado). E 5 mil dólares é o piso nas divisões profissionais de um time grande.

Há pelo menos dez anos, a receita dos doze maiores clubes brasileiros cresce em ritmo chinês, ou mais forte. Segundo estudo da consultora Crowe-Howarth, o faturamento do grupo passou de 800 milhões de reais, em 2003, para 1,4 bilhão de reais, em 2008, um avanço médio de 16% ao ano.

Diversos fatores concorreram para esta evolução, estima Gonçalves: “Por meio de negociações difíceis, os clubes conseguiram aumentar muito sua receita de mídia. E estão ampliando consistentemente a venda de suas marcas — embora ainda caminhem devagar na exploração dos estádios”.

Mas, embora a evolução seja de fato expressiva, a própria comparação entre números nacionais e europeus revela que persiste um enorme abismo entre as duas realidades. Num futebol que fez do dinheiro seu principal motor, ela produz o esvaziamento prolongado do futebol brasileiro, privado de seus maiores talentos. Dados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) mostram que a saída de

craques perdura, embora tenha sofrido queda importante com a crise econômica europeia.

Dinheiro farto, futuro incerto

Apesar de nadarem num mar de novas receitas, os clubes continuam amarrados a dívidas que ameaçam afundá-los

Depois de duas décadas, a multiplicação das receitas do futebol soa, para muitos clubes, como “a falsa euforia de um gol anulado”, o verso da música de João Bosco. Além de destacar o aumento descontrolado de despesas, o estudo da Uefa mencionado acima afirma que a dívida agregada das vinte maiores equipes — as que embarcaram mais convictamente no novo modelo de negócios — chega a 3 bilhões de euros. E o caso mais crítico é o dos clubes ingleses: o débito do Arsenal, por exemplo, equivale a três anos de receitas.

Embora sem usar o termo, o diagnóstico da Uefa descreve os clubes como vítimas de uma doença comum nos mercados financeiros: a volatilidade. “O investimento a longo prazo continua ainda a ser esporádico no futebol e a vasta maioria das receitas não permanecem muito tempo nos clubes. Enquanto cerca de 65% das equipes das divisões principais atua em estádios que são propriedade das respectivas autoridades municipais, os custos com os funcionários — principalmente com os jogadores

Mais expressivos que os números, são, porém, alguns fatos marcantes. Em 2007, ano em que o êxodo chegou ao ápice, os vinte times que compõem a divisão principal do futebol brasileiro mandaram para o exterior 184 atletas — mais de nove, em média, por equipe, e em geral os mais habilidosos. Comuns e quase inevitáveis na lógica atual, os “desmanches” dos times que alcançam maior sucesso frustram os torcedores e geram sensação de subalternidade. Na própria seleção brasileira que disputa a Copa do Mundo na África do Sul, apenas três dos 23 jogadores (o lateral Gilberto, do Cruzeiro; o meio-campista Kleber, do Flamengo; e o atacante Robinho, do Santos) atuam no País. Para sintetizar esse panorama desolador, o cronista esportivo Paulo Vinício Coelho (o “PVC”) cunhou a seguinte expressão: “O campeonato brasileiro é um torneio de aspirantes. Aspirantes a jogar no exterior...”

[...] ultrapassam em muito o aumento em receitas”, diz o resumo executivo do documento.

Presidente do Palmeiras, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo dedica-se há alguns anos ao exame do fenômeno. Ele vê claramente, na Europa, a explosão de uma bolha. “Atraídos pelo brilho das receitas, os investidores direcionaram para o futebol parte de seus imensos ativos. Parte deles esperava retorno muito superior à capacidade de retorno do negócio. Outros viram no esporte um caminho para lavar dinheiro mal havido”.

Alguns fatos parecem lhe dar razão. De alto a baixo, a lista dos clubes ingleses da Premier League é controlada por personalidades cujos interesses principais nada têm a ver diretamente com o futebol. O Manchester United, por exemplo, é propriedade do norte-americano Malcolm Glazer (ligado ao mercado imobiliário e processamento de alimentos). No inglês Manchester City, manda o xeque Mansour bin Zayed, que pertence a uma das famílias mais importantes dos Emirados Árabes Unidos. No Liverpool, dividem o

Segundo a Uefa, custo com jogadores é maior que aumento de receitas

controle o norte-americano Tom Hicks (fundos de investimento) e George Gillet (produção de carne e franquias esportivas). E assim por diante.

E quanto às suspeitas de utilização ilícita do futebol, basta lembrar da Operação Perestroika, da Polícia Federal brasileira, que colheu fartos indícios de lavagem de dinheiro na parceria que o Corinthians manteve, entre 2004 e 2008, com o fundo internacional de investimentos MSI, controlado pelo bilionário russo Boris Berezovski.

Seria um caso isolado? A relação dos principais acionistas dos maiores clubes ingleses sugere que não. O londrino Chelsea, por exemplo, é propriedade do também bilionário russo Roman Abramovich. Considerado pela revista Forbes o 50º homem mais rico do mundo, ele amealhou a maior parte de uma fortuna de 11,2 bilhões de dólares de forma

A SITUAÇÃO DOS INGLESES É RUIM

Entre os dez clubes mais endividados da Europa, seis são da terra que inventou o futebol

| Dívida de clubes europeus, em milhões de euros e como % do faturamento anual (2009) | | |
|---|--------|------------------|
| | Dívida | % do faturamento |
| Arsenal (Ing.) | 977 | 368 |
| Manchester United (Ing.) | 768 | 196 |
| Chelsea (Ing.) | 560 | 173 |
| Liverpool (Ing.) | 453 | 179 |
| Real Madrid (Esp.) | 236 | 53 |
| Internazionale (Ita.) | 216 | 104 |
| Newcastle (Ing.) | 208 | 138 |
| Schalke 04 (Ale.) | 147 | 82 |
| Rangers (Esc.) | 126 | 129 |
| Tottenham (Ing.) | 98 | 56 |

Fonte: Revista Forbes ("Most valuable soccer teams"), para o montante das dívidas e Deloitte Football Money League, para o faturamento



Mister Shadow/Folhapress

Belluzzo, do Palmeiras: o futebol rende menos do que parte dos investidores gostaria

muito semelhante a seu compatriota Berezovski: beneficiou-se das privatizações mafiosas feitas por Boris Yeltsin na Rússia, nos anos 1990. É acusado, em processos que correm em diversos países, de crimes como chantagem, corrupção ativa, lavagem de dinheiro, roubo, fraude e encomenda de assassinatos.

Como é comum nos mercados financeiros, os donos dos clubes parecem dispostos a livrarem-se deles sempre que surge uma oportunidade mais atraente ou que é preciso compensar perdas em outros investimentos. Entre 2003 e 2008,

houve nada menos do que vinte trocas de propriedade entre os 40 clubes ingleses de primeira e segunda divisão.

Quando o estouro de uma bolha transforma-se em crise, porém, a tendência é o chamado "efeito manada", no qual todos os agentes retiram-se simultaneamente de um mesmo negócio, provocando sua desvalorização abrupta e colocando em dúvida sua própria sobrevivência. É a esse risco que ao menos parte do "novo futebol" mundial estava submetida na virada para a década de 2010.

Riquezas diferentes

Endinheirado como nunca, o futebol não se tornou mais rico e parece ter regredido como prática esportiva

Ao longo da segunda metade do século XX, a Copa do Mundo foi celebração e vitrine das inovações e avanços do futebol. Os torneios mundiais foram palcos para seleções notáveis: entre outras, a húngara de 1954, as brasileiras de 1958 e 1970 e a holandesa de 1974. E registraram gols antológicos, como o de Maradona diante da Inglaterra, em 1986 (não o de "la mano de Dios", mas o segundo, é claro); ou partidas heroicas, como Itália *versus* Alemanha, na semifinal de 1970. Diante disso, a Copa de 2006 pareceu um deserto

de talentos e emoções, expresso, inclusive, em seu último e modorrento jogo, um zero a zero entre França e Itália (campeã nos pênaltis).

Há motivos para o declínio. Ao mesmo tempo em que crescem, a cada edição, as exigências da Fifa para a infraestrutura comercial e turística das copas, diminui o tempo reservado, no calendário mundial da entidade, ao treinamento das seleções. Foram três meses em 1970; e vinte dias em 2010. Além disso, a partir de 1986, lembra o sociólogo Alexandre Macha- ▶

do, em seu artigo “A televisão no futebol”, “toda a grade horária dos jogos foi feita pensando na melhor estratégia para o telespectador, principalmente o europeu. A consequência é que a maior parte das partidas aconteceu em pleno verão, sob um sol escaldante. Essa era a forma para que os jogos fossem veiculados em horário nobre no Velho Continente”.

A queda do nível do esporte, porém, não se dá apenas no Mundial. Em campeonatos como o brasileiro, já se viu, é quase impossível formar um time de sucesso sem que ele seja imediatamente desfeito para transferência de seus craques à Europa. Mas há fenômenos mais gerais, que atingem mesmo os centros mais ricos.

O excesso de partidas está obrigando os jogadores a irem além do que seus corpos podem suportar sem danos graves, explica o fisiologista Paulo Zogaib, atualmente no Palmeiras. O grande fator



Paula Sacchetta

Zogaib: sequência de competições de alta intensidade mina o corpo dos jogadores

Exigências da Fifa para Copa só crescem, mas tempo para treinar diminui

de desgaste são os jogos. Ao contrário dos trabalhos físicos cientificamente controlados dos treinos, as partidas são abertas e imprevisíveis. “Que esforço um jogador exercerá submetido às disputas com os adversários, descargas de adrenalina, desejo de superação, a calor ou a gramado encharcado?”, pergunta o médico.

“Os resultados são múltiplas alterações no organismo. Aumento da produção de energia, glicogênio e ácidos graxos. Múltiplas microlesões nos músculos, com perda de proteínas. Produção de substâncias tóxicas, como ácido láctico, ureia e amônia. Aumento da temperatura corpórea. Desidratação. Perda de minerais, como magnésio, cálcio e potássio”.

O corpo humano é capaz de reparar tudo isso, mas cobra tempo. “A sequência de eventos de alta intensidade vai minando o organismo”, prossegue Zogaib. Ao final de um período de um mês com jogos duas vezes por semana, os atletas estão esgotados fisicamente. Entram em campo em condições físicas muito mais precárias. Estão muito mais sensíveis a lesões.

Além disso, treinam menos — física, técnica e taticamente. “O preparador físico limita-se a programar um troteziinho, uma musculação leve. O treinador ensaia muito menos do que gostaria os fundamentos ou o posicionamento da equipe”. A essência do futebol-mercadoria é o espetáculo. Mas o que ocorrerá se a própria mercantilização acabar minando a qualidade das apresentações?

A médio e longo prazos, Zogaib vê desgaste prematuro dos atletas, que ingressam na maratona do profissionalismo cada vez mais jovens. Craques como Ronaldinho, Kaká, Cristiano Ronaldo parecem capazes de brilhar intensamente por períodos cada vez mais curtos, algo como três anos, para em seguida decaírem. A Copa deste ano reservaria alguma agradável surpresa, em sentido contrário?

Outro futebol é possível?

A Uefa reconhece que a ultramercantilização não é sustentável. E surge, ainda que parcialmente, alternativas

No final de maio, a Uefa adotou uma decisão que há poucos anos soaria insólita. Dando prosseguimento aos alertas lançados por seu relatório anual de 2009, a entidade restringiu pela primeira vez a entrada de capital especulativo nos clubes do Velho Continente. A medida será aplicada gradativamente (entre 2011 e 2013) e é tímida. Estabelece apenas que cada clube não poderá gastar mais do que arrecada. Coíbe-se um endividamento ainda maior, ainda que não se afaste nem a lavagem de dinheiro nem o investimento insustentável. Ambos são típicos das “bolhas”, antes da fase de descrédito.

Batizada de *fair play* (algo como “jogo limpo”), a atitude da Uefa vale, sobretudo, pelo precedente que cria e pelo

reconhecimento de que o modelo atual é insustentável — explícito nas falas que acompanharam a resolução. “Começamos a restabelecer a estabilidade e o bom senso econômico no futebol”, declarou, por exemplo, o presidente da entidade, o ex-meio-campista Michel Platini, considerado um dos maiores craques a vestir a camisa da seleção francesa.

Se limitar o volume das despesas dos clubes (mantendo, porém, a lógica da mercantilização) não basta, quais as alternativas? Ao menos no período histórico atual, também parece pouco efetivo demonizar genericamente o dinheiro e a imensa teia de interesses que ele construiu em torno do esporte. A ela estão presos os clubes-empresas, os capitais especulativos ou mal

havidos e os salários insustentáveis; mas, também, milhões de postos de trabalho; as expectativas de uma massa de torcedores e telespectadores que quase se confunde com a população do planeta; esperanças de centenas de milhares de garotos (e garotas) que sonham viver de futebol.

Uma abordagem por enquanto mais promissora equivale a disseminar, no organismo do futebol-mercadoria, um vírus de outra cultura. Aqui, aparece uma segunda surpresa. De algum modo, este processo já começou. Visto às vezes como todo-poderoso, o modelo construído ao longo das últimas décadas é bem menos monolítico do que parece. Alguns exemplos notáveis revelam brechas que podem ser exploradas.

O Barcelona Futebol Clube é um caso. Está longe de ser *outsider*. Além de uma das equipes mais vitoriosas do esporte (líderia o *ranking* mundial de clubes da Federação Internacional da História e Estatísticas do Futebol (IFFHS), que é reconhecido pela Fifa e abrange os últimos vinte anos, é, conforme se viu, a segunda equipe que mais arrecada, em todo o mundo. Isso não o impediu de consolidar e difundir, ao longo de sua trajetória, características sociais e políticas muito particulares.

Nos anos da ditadura franquista, foi a grande expressão dos catalães que resistiam — apesar do assassinato de seu presidente, durante a Guerra Civil, e de uma intervenção governamental que se estendeu por 13 anos. Na era do futebol-mercadoria, manteve traços desta mesma atitude rebelde.

É um dos quatro únicos times espanhóis cujo clube não se transformou em empresa. Jamais aceitou publicidade em sua camiseta. Em vez disso, elas divulgam, há alguns anos, a marca da Unicef. Para ostentá-la, o clube paga um valor simbólico à agência da ONU para a infância, em vez de cobrar pelo espaço (o Barça, como é conhecido, não dispensa, porém, outras formas de *marketing*.)

Uma parte expressiva de sua receita vem diretamente dos mais de 140 mil associados. Para ser um dos grandes

O Barça não se tornou empresa nem aceita publicidade na camisa

do mundo, no futebol ultracapitalista dos novos tempos, o clube não rejeita dinheiro. Mas age para recebê-lo em relação direta de confiança com seus apoiadores — em vez de esperar que comprem um badulaque oferecido por uma corporação e pintado com as cores do clube.

Quem julga, ainda assim, que o Barcelona faz concessões demais poderia mirar-se em exemplos com o de Saint-Pauli, de Hamburgo, que acaba de retornar à primeira divisão alemã, a Bundesliga.

Sediado no bairro portuário (e reduto de imigrantes) da cidade, o clube formou, em meados da década de 1980, sua cultura atual — claramente de esquerda e boêmia. A torcida adotou como símbolo a bandeira pirata: caveira e ossos cruzados. Num período marcado pela difusão dos *hooligans*, inscreveu em seu estatuto o repúdio ao racismo, ao fascismo, à homofobia e ao machismo.

Como resultado, a média de espectadores em suas partidas saltou de apenas 1,6 mil (em 1981) para 20 mil, hoje. Segundo pesquisa recente, tem 11 milhões de admiradores (e mais de 200 fã-clubes em toda a Alemanha). Membro da Bundesliga (ou, frequentemente, da segunda divisão), participa do rateio das receitas de TV. Ao mesmo tempo, seus apoiadores participam ativamente de ocupações de moradias e campanhas políticas — a mais recente delas, contra a privatização da água, desdobrou-se na aquisição de centenas de bebedouros, doados a escolas de Cuba. Está sujeito a crises internas. Uma delas quase liquidou o clube, em 2003 — mas foi superada no ano seguinte com apelo aos torcedores.

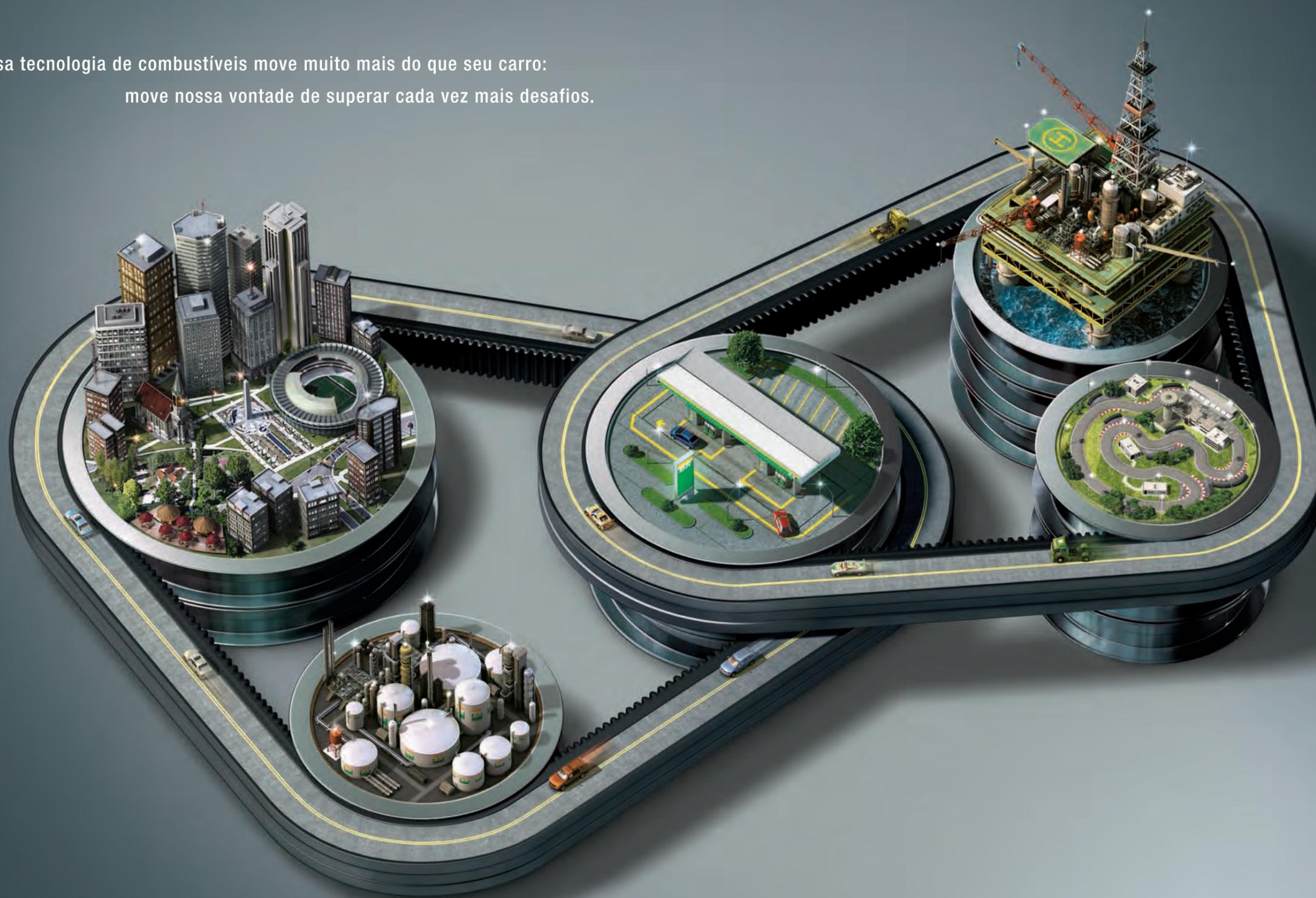
Há oito anos, estava distante da primeira divisão. Mesmo assim, a torcida garantia-lhe os maiores públicos (e bilheterias) da segunda divisão. A volta ao topo foi comemorada por 80 mil pessoas, em festa. Um torcedor expressou o que faz a força do clube: “É mais que somente futebol, há uma identificação com o bairro e sua gente. É ser anticapitalista, um estilo de vida”.

Saint Pauli: o clube alemão que repudia o racismo, o fascismo, a homofobia e o machismo é bem mais que futebol

Fabrizio Bensch / Reuters



Nossa tecnologia de combustíveis move muito mais do que seu carro:
move nossa vontade de superar cada vez mais desafios.



que

A Petrobras informa que iniciou estudos para a realização de eventual oferta de ações. Antes de investir em ações da Petrobras, leia cuidadosamente o prospecto, em especial a seção "Fatores de Risco".



PETROBRAS
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

QUEM DIZ O QUE QUER...



Os americanos consideram a proteção dos direitos humanos parte de sua política externa. A China recomenda: cuidem da própria casa

por Flávio Dieguez

O PRESIDENTE DOS EUA, Barack Obama, divulgou dia 27 de maio a nova doutrina militar dos EUA, na qual procura se afastar de seu antecessor, George Bush.

Diz, por exemplo, que os EUA “não tiveram êxito quando se colocaram à margem das correntes de cooperação internacional”. Mas não propôs discutir a liderança dos EUA com outros países, como afirmou seu assessor Ben Rhodes à imprensa. Defendeu, em parte, a guerra ao terrorismo de Bush e também “manter a superioridade militar que deu segurança ao nosso país, e sustentou a segurança global, por décadas”. E mais importante: tomou os valores americanos como universais. É um ponto central, como se vê pela polêmica que os EUA travam com a China sobre a questão dos direitos humanos.

O Departamento de Estado dos EUA divulgou em março o seu já tradicional relatório de direitos humanos. Este ano seria particularmente importante, de acordo com a secretária de Estado, Hillary Clinton. Ela menciona essencialmente dois motivos:

primeiro, diz que “um número crescente de países” estaria impondo “novas restrições”, inclusive por meio de novas tecnologias, ao trabalho de ONGs relacionadas com direitos humanos.

Segundo, Hillary menciona uma revisão das normas internacionais sobre o assunto, atualmente em debate no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Ela afirma que seu relatório busca levantar fatos para ajudar nesse debate. Mas o relatório, apesar de extenso, cobrindo 180 países, contém relativamente poucas informações e não busca sistematizá-las.

Pode-se compará-lo, por exemplo, com o dossiê divulgado pela China em fevereiro, provavelmente antecipando-se ao documento americano. O dossiê chinês reúne um conjunto mais relevante de dados factuais e estatísticos.

O documento americano enfatiza menos as violações de direitos do que a natureza desses direitos. O capítulo sobre a China, por exemplo, começa com um comentário de que o país teria um “Estado

Jiabao: responsabilidade pela tensão diplomática é dos EUA, não da China

autoritário”, no qual os cidadãos não teriam “o direito de mudar seu governo”. Não se discute essa afirmação nem se levantam fatos que ajudassem a corroborá-la.

Em termos de fatos, o capítulo chinês do relatório se concentra em grande parte sobre os conflitos, no início do ano passado, entre as etnias uigur (próxima dos persas e árabes) e han (chineses orientais), na província autônoma de Xinjiang, no oeste chinês. O confronto foi violento, mas o relatório americano se limita a dizer que os uigures foram reprimidos por Pequim, mencionando números genéricos sobre a violência.

Outro ponto seria a perseguição aos seguidores do Falun Gong, organização voltada para a meditação ao estilo taoísta e outras práticas, especialmente no campo da saúde. O relatório traz alguns relatos, sem fonte precisa, sobre o confinamento de pessoas detidas por divulgar o Falun Gong.

Nesse caso, o relatório critica a lei chinesa por aceitar instituições de reedu-



Getty Images

Hillary: autoritarismo chinês dificultaria obtenção de dados

cação pelo trabalho, não submetidas ao Judiciário. Por isso diz que os seguidores do Falun Gong foram “condenados sem julgamento”.

Pode-se discutir essa crítica, como também se pode debater a alegação dos uigures de que são discriminados em termos de oportunidade de trabalho e de educação, de liberdade religiosa e outros temas importantes.

O dossiê chinês – de fato, uma reportagem da agência oficial de notícias *Xinhua* – é bem mais específico. Diz, por exemplo, que os crimes violentos são numerosos nos EUA e que isso representa ameaça às pessoas e às propriedades. Argumenta, ainda, reproduzindo dados do FBI, a polícia federal americana, que em 2007 houve 1,4 milhão de crimes violentos no país. Foram 17 mil assassinatos e 445 mil roubos.

Menciona também um dado do Centro de Controle de Doenças dos EUA, de que 1,35 milhão de colegiais foi ou ameaçado ou ferido dentro da escola por armas, em 2007. *Xinhua* cita que o FBI espiona telefones privados, contas bancárias e outras informações.

De acordo com o jornal *The Washington Post*, 10% dos usuários americanos da in-

ternet teriam sido espionados de maneira semelhante. “Há restrições crescentes aos direitos civis nos EUA”, conclui o diário chinês. *Xinhua* também explora as prisões.

Em julho de 2008 haveria 2,3 milhões de americanos na cadeia, mais do que em qualquer outro país. Contando os que cumprem pena fora da prisão, num total de 7,8

Em 2008, os EUA mantinham 25 mil presos ilegais no Iraque, diz a ONG Human Rights Watch

milhões, se chegaria a 3,2% da população. A taxa de presos chegaria a 125 por 100 mil habitantes, seis vezes a média mundial.

O relatório americano argumenta que a carência de dados sobre a China decorre do controle do governo sobre a informação. Diz que só em 2009 o governo criou seu primeiro plano nacional de direitos humanos. São argumentos ponderáveis em si mesmos, mas não práticos, especialmente

porque envolvem questões políticas e diferenças de ponto de vista.

Xinhua fornece um exemplo simples ao tratar a invasão do Iraque como uma forma de violar direitos humanos num outro país: 1 milhão de iraquianos morreu, outro tanto perdeu suas casas. Menciona reportagens e relatórios de ONGs que denunciam maus-tratos de iraquianos presos por soldados americanos: no fim de 2007 haveria quase 25 mil presos ilegais no país, de acordo com a ONG Human Rights Watch.

Xinhua também dá destaque ao bloqueio de 50 anos imposto a Cuba pelos EUA. “O ministro do Exterior cubano, Felipe Pérez Roque, disse que o bloqueio causou uma perda econômica direta, acumulada, de mais de 93 bilhões de dólares”.

Os EUA são os maiores vendedores de armas do mundo, continua *Xinhua*. “Essas vendas intensificaram muito a instabilidade pelo mundo e violaram severamente direitos humanos nos países estrangeiros.” Em 2007, as vendas americanas, de 32 bilhões de dólares, eram três vezes o nível de 2001, segundo a New American Foundation.

O governo americano provavelmente não concorda com essa avaliação, mas esse é um dos problemas de utilizar a questão dos direitos humanos como instrumento de política externa e – como Hillary enfatiza no relatório do Departamento de Estado – usar os pontos de vista do governo americano como critério para o resto do mundo.

“Temos o compromisso”, disse ela ao apresentar o relatório, “de estabelecer para cada um o mesmo padrão, inclusive nós mesmos.” Dizendo-se em busca de “parceiros”, afirmou que os dados que o Departamento de Estado levantou “informarão, ao longo do ano, as políticas dos EUA com relação a outros países nos campos diplomático, econômico e estratégico”. Mais cuidadosa, acrescenta que seu relatório não pretende prescrever políticas americanas.

Xinhua lembra, no entanto, que, “durante anos, anualmente, os EUA [...] divulgaram relatórios de direitos humanos para criticar as condições dos outros países, usando-os como ferramenta para interferir em outras nações e demonizá-las. Enquanto isso, fecharam os olhos para suas próprias violações de direitos humanos”.

Termina com um puxão de orelha: “Recomendamos ao governo americano recomençar, do começo, a encarar seus próprios problemas com coragem e parar com a prática errada de aplicar critérios duplos a questões de direitos humanos”.



UMA REVOLUÇÃO MORENA

Com alta taxa de natalidade e mobilização crescente, os hispânicos aparecem como uma nova força na política americana

por Yuri Martins Fontes

Mais de cem mil protestam em Los Angeles contra o Arizona punir imigrantes sem documento

EM 1950, A POPULAÇÃO americana era branca de origem europeia na proporção de 87,5%. Os negros representavam 10% e havia um pequeno resíduo de índios, asiáticos e latinos. Atualmente, os EUA têm a terceira maior população latina do continente, ao lado da Argentina e da Colômbia. Só são superados pelo Brasil e pelo México.

Um em cada cinco americanos é agora hispânico – e essa população está cada vez mais interessada na política do país onde mora. Tradicionalmente mais envolvidos com os assuntos de seus países de origem, os 45 milhões de americanos latinos estão mais mobilizados do que o americano médio, têm demandas claras e se mobilizam em bloco em torno delas.

Para dar uma ideia da força que eles representam, o comentarista Ronald Brownstein fez um cálculo simples na revista *National Journal*. Diz ele que Barack Obama teve 66% dos votos latinos, em 2008, e venceu. Mas, se a parcela dos latinos fosse a mesma que era em 1992, os mesmos 66% seriam insuficientes: John McCain teria vencido por 50,2% contra 47,9% de Obama.

“O gigante da política americana, há muito tempo adormecido, acordou”, animou-se, na época, o jornalista Diego Graglia, da Cidade do México, editor do site *Feet in 2 Worlds*. Ele imagina que o crescimento da população latina pode definir a política americana dos próximos 20 anos.

O ritmo demográfico é importante. A população hispânica cresce três vezes mais depressa do que a população total – 3,5% ao ano ante a média nacional de 1%. Mas, além disso, ela tem participação política crescente. Entre 1992 e 2008, o eleitorado hispânico quase quintuplicou – de 2% para 9% do eleitorado total.

Como o eleitorado negro também cresceu, de 8% para 13%, os brancos perderam espaço. Os mais pobres, que eram 53% dos votantes, são hoje 39%, e os que têm curso superior se mantiveram em 35%.

Outro fator importante é que o gosto latino pela política é relativamente recente: a proporção de votantes ainda tem um vasto potencial de crescimento. Para se ter uma ideia, os votantes eram 11,7% da população latina, em 2008. Como essa proporção era de

7,3% dez anos antes, os votantes poderão chegar a quase 20% dos latinos dentro de dez anos.

Essa projeção depende muito do entusiasmo que eles mostraram em eleições mais recentes, com grande capacidade de ação. Um dado importante é que a mobilização deles parece independente dos partidos: ela foi decisiva tanto para a vitória de Obama, em 2008, quanto para a de George W. Bush, em 2004, com 44% do voto latino.

Ou seja, mudaram da água para o vinho em apenas quatro anos. Os hispânicos parecem carrear seus votos para o lado que, no momento, consideram mais comprometido com os interesses da comunidade – fortemente concentrados na conquista de direitos civis, na opinião de diversos especialistas.

“Pesquisas de opinião realizadas ao longo da última década mostram consistentemente que os hispânicos

Os hispânicos perceberam que dependem da proteção dos direitos civis

se concentram em questões que criam oportunidades para o seu progresso econômico e social”, analisa o cientista político Louis DeSipio, da Universidade da Califórnia.

Ele diz que essa agenda se desenvolveu quando os hispânicos perceberam que, para melhorar de vida nos EUA, dependiam da proteção dos direitos civis e de acesso aos serviços públicos, especialmente a educação.

DeSipio acredita que há uma corrente especificamente hispânica, atualmente, na política americana: “Uma agenda que enfatize as questões sociais distingue, em parte, os latinos dos não latinos”. Outra distinção forte, relacionada com esse assunto, é o tamanho do governo: “Eles são fortemente favoráveis a um Estado grande e estão dispostos a pagar mais impostos para isso”, diz DeSipio.

Neste momento, os hispânicos canalizam seu esforço eleitoral para o Partido Democrata. Entre 2004 e

2008, 78% dos eleitores latinos votaram em candidatos democratas, afirma o estudo “Hispanic Rising 2010”, do instituto de pesquisas sociais NDN.

Essa tendência causa grande agitação nos partidos atualmente, mas o histórico do voto latino indica que ela pode mudar a qualquer momento. Já é possível identificar uma oscilação significativa da popularidade de Obama entre os hispânicos. Pesquisas recentes mostram que 50% deles acham o governo “mediocre” ou “ruim”.

SIMPATIA DEMOCRATA

Ao assumir, Obama tomou algumas medidas cosméticas, por exemplo, nomeando a jurista Sonia Sotomayor para a Suprema Corte. Ela, em seguida, disse que entendia a reforma das leis de imigração como uma prioridade. De lá para cá, no entanto, nada aconteceu.

A reforma empacou no Congresso, como muitas outras prioridades de Obama, e ele está perdendo margem de manobra porque, apesar da força que mantém na Câmara, os democratas já não têm maioria estável no Senado.

A crise econômica também pode azedar a simpatia hispânica pelos democratas. O corte nos gastos públicos tende a frustrar reivindicações latinas – como a de outras populações relativamente pobres, dentro dos EUA.

Os latinos não estão entre os americanos mais carentes, mas continuam longe do padrão médio do país: 39% não têm ensino médio, por exemplo, uma reivindicação central da comunidade. Nesse quesito, estão piores que os negros (20% sem ensino médio) e bem piores que os brancos de origem europeia (13%).

Esses dados são de 2008. Eles mostram também que a taxa de pobreza dos latinos não está muito distante da dos negros: 23% ante 25%. Entre os brancos europeus a pobreza atinge 9%. “É muito difícil ser civicamente engajada quando se está lutando para sobreviver”, comenta Esther Olavarria, da Secretaria de Seguridade Familiar.

A crise teve efeito imediato sobre os que vivem abaixo da linha da pobreza nos EUA. O informe de 2009 do Escritório Nacional do Censo afirma que essa população cresceu um ponto percentual em um ano. Já era alta – 12,5% em 2008 – e passou para 13,2% da população total. ▶

Os republicanos procuram reverter a inclinação democrata dos hispânicos. Para o cientista político Larry Sabato, da Universidade da Virgínia, se os republicanos mantiverem a orientação política atual, “estarão fadados ao cemitério”.

Mas, na prática, observa-se um endurecimento em relação aos tópicos que os latinos consideram essenciais. O grande exemplo do momento é uma lei xenófoba promulgada pela governadora republicana Jan Brewé, do Arizona, que transforma em crime andar sem documento de imigração no estado.

Muitas cidades do Arizona se rebelaram suspendendo a aplicação da lei no âmbito municipal. O presidente foi obrigado a se pronunciar, embora timidamente, dizendo que “a lei do Arizona tem o potencial de ser aplicada de forma discriminatória”.

PROTESTO NACIONAL

Um terço dos 6 milhões de habitantes do Arizona é de origem latina, e existem 460 mil imigrantes latinos ilegais no estado. Mas o protesto tomou proporção nacional, roubando a cena nas passeatas do Dia do Trabalho no país.

Só em Los Angeles, um dos principais centros latinos nos EUA, a manifestação “anti-Arizona” reuniu mais de 100 mil pessoas. Houve manifestações também em Phoenix, Dallas, Chicago, Washington e mais 70 localidades. O mote era exigir do Congresso a reforma imediata das leis nacionais de imigração. Era de se esperar: estima-se que quase 12 milhões de latinos não têm cidadania legal nos EUA.

Seriam eles os principais beneficiários da nova lei de imigração prometida por Obama e Sotomayor. Há tempos, os latinos insistem numa anistia geral para os imigrantes empregados e estabelecidos no país.

De acordo com uma pesquisa divulgada neste ano pela Bendixen & Associates, 87% dos eleitores latinos se recusariam a votar em um candidato que defendesse a deportação de trabalhadores indocumentados.

Apesar do desgaste republicano, os democratas não parecem muito mais bem posicionados na questão da imigração. Até porque os republicanos – apoiados por muitos democratas – têm conseguido impedir mudanças mais significativas.

O deputado republicano Roscoe Bartlett, por exemplo, considera que a anistia “é um tapa na cara dos cidadãos dos EUA”. Ela recompensaria “o comportamento ilegal, diminui o respeito por todas as leis e estimula esse comportamento em mais imigrantes ilegais”.

Dois em três latinos apoiam o atendimento universal à saúde, como os negros

E não apenas na questão da imigração: Obama também não conseguiu implantar um serviço universal de saúde pública, pelo qual o Estado asseguraria o acesso de todos ao sistema. O próprio Partido Democrata ficou insatisfeito com a solução mista dada por Obama. Entre os latinos, 64% apoiam o atendimento universal – taxa semelhante à dos negros.

A conclusão é que nenhum dos partidos parece preparado para lidar com as mudanças recentes do eleitorado americano. O mais provável, diz um

estudo da Universidade de Maryland, é que a estrutura política tenha de mudar, moldando-se à tensão da nova realidade demográfica.

Além das questões estritamente políticas, diz o estudo, existem mudanças culturais que podem se refletir no campo eleitoral. Dados da administração federal mostram que o número de pessoas falantes do castelhano em casa aumentou 211% entre 1980 e 2007.

As condições dessas mudanças aparecem em um relatório de maio passado do Conselho Nacional de Etnia, intitulado “Crianças dos EUA: bem-estar do futuro latino”. O trabalho mostra que, até 2035, um terço das crianças do país será latino.

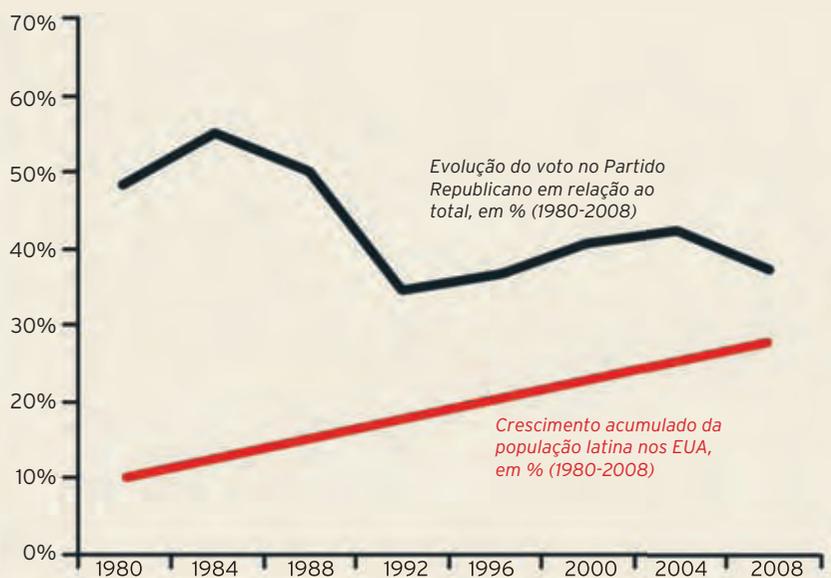
CRIANÇAS NA POBREZA

Mas essas crianças, em relação aos filhos dos brancos de origem europeia, terão duas vezes mais chances de crescer em residências de baixa renda. Caso essa tendência não seja modificada, acrescenta o relatório, 44% das crianças vivendo na pobreza serão de origem latina dentro de 20 anos.

Esses dados não levam em conta disparidades sociais dentro da própria população hispânica. Os cubanos, por exemplo, têm um nível de vida melhor se comparados a porto-riquenhos e mexicanos. Mexicanos que migraram

QUEDA REPUBLICANA

População latina cresce. Cai a parte conservadora do voto total



recentemente são mais pobres do que os mexicanos estabelecidos há mais tempo no país.

Proporcionalmente, os mexicanos lideram a população hispano-americana, com 65% do total. Os porto-riquenhos são 9%, e os centro-americanos, coletivamente, 8,3%. Os cubanos, contados à parte, são 3,5% dos imigrantes, e os sul-americanos, 5,8% do total.

Um dado interessante é que a estrutura política dos EUA está sofrendo desgastes independentemente da explosão latina. Já não se pode falar que o país seja de centro-direita, argumentam, por exemplo, os pesquisadores John Halpin e Ruy Teixeira, do Center for American Progress.

“Essa noção é certamente exagerada”, escrevem eles em um artigo de 2009. “Os conservadores estão desalinhados com os valores de muitos americanos.” Com o objetivo de defender a plataforma de campanha de Obama, eles levantaram que 80% da população americana achavam importante o investimento público em educação.

AGENDA PROGRESSISTA

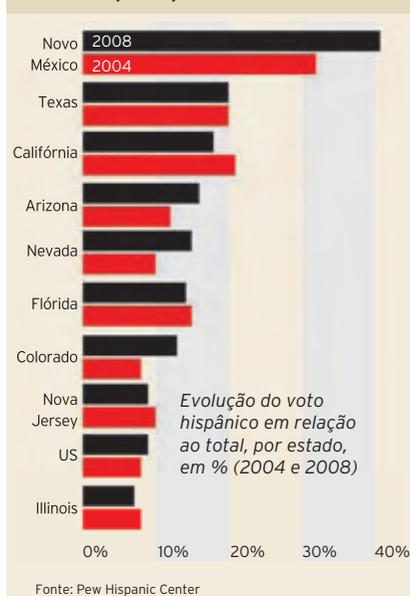
Mais de dois terços, dizem os pesquisadores, concordavam que o governo “tem responsabilidade pelos pobres, doentes e idosos”. Quase 75% acreditavam que é preciso “controle do governo para supervisionar os negócios e proteger os trabalhadores e os consumidores”.

Halpin e Teixeira levaram em conta o número crescente de candidatos que não se filiam nem aos republicanos nem aos democratas. Inscrevem-se como independentes. Nesse caso, dizem, os democratas apoiam em peso uma agenda “progressista” para o país.

Os independentes se inclinam fortemente nessa direção e os próprios republicanos se dividem: há uma pequena maioria progressista. “Enquanto as elites conservadoras há tempos defendem que as regulações do Estado impedem o crescimento econômico, 60% dos republicanos discordam.”

O “Hispanic Rising” diz que o debate migratório vem causando “uma nova dinâmica no eleitorado”. Seus especialistas também destacam o papel do Estado como provedor do bem-estar social. “Essa questão já deve aparecer na eleição legislativa de novembro próximo.”

DE OLHO NO TOPO Hispânicos têm parcela crescente do voto para presidente



A demografia tem um papel importante na estrutura americana porque pode mudar os colégios eleitorais que definem as candidaturas municipais, estaduais e federais. De dez em dez anos, o censo altera o número de delegados que participam desses colégios.

A existência dos colégios torna possível eleger o presidente fazendo campanha apenas nos estados de maior

Em 2000, os latinos deram ao Texas três das quatro vagas que o estado ganhou

representação. O censo deste ano começou a ser realizado em março e promete mudar radicalmente a representação dos estados.

A empresa Election Data Services fez algumas projeções baseada em estimativas de dezembro de 2009. Elas mostram que, depois do Censo 2010, 18 estados devem sofrer mudanças em sua representação no Congresso.

Devido ao rearranjo demográfico, oito estados devem ganhar ao menos

uma cadeira. Onze devem perder uma cadeira. Em 2000, por exemplo, os latinos deram ao Texas três das quatro vagas que o estado ganhou na época. Com crescimento recorde de 63%, eles representaram 51% do crescimento populacional do Texas.

O próprio Texas deve encabeçar a lista dos estados destinados a aumentar sua representação política no ano que vem. Deve ganhar mais quatro cadeiras. O Arizona, a Flórida, a Geórgia, Nevada, Carolina do Sul, Utah e Washington teriam um posto extra.

Os perdedores seriam Ohio (menos duas cadeiras), Illinois, Iowa, Louisiana, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Missouri, Nova Jersey, Nova York e Pensilvânia (menos uma vaga cada). Mas o mais importante já não são casos como o do Texas e de outros estados do Sul, tradicionais redutos latinos.

REARRANJO POLÍTICO

A organização America’s Voice Education Fund chama a atenção para fortes correntes migratórias internas, decorrentes das mudanças econômicas no país. Avalia ainda que a população de origem latina está agora se espalhando por diversas regiões.

Isso deve provocar uma redistribuição nacional do poder político. Um caso interessante: estados em que a população total diminuiu, mas a migração latina compensou, em parte, a redução. Com isso, a perda de representação será menor e os eleitores latinos terão mais peso local.

A Louisiana pode ser um exemplo, porque perdeu população de 2000 para cá, mas salvou-se de um quadro mais desfavorável devido ao crescimento dos habitantes latinos.

Nos 11 estados que devem perder cadeiras, o crescimento médio da população latina foi de 77%. Em nove deles, esse aumento já era crescente desde 2000. Em Illinois, Massachusetts, Nova York, Ohio e Iowa, os latinos representaram pelo menos a metade do crescimento populacional.

Seja qual for o resultado do censo, a representação política dos latinos deverá continuar aquém do que a demografia já justificaria, analisa Luis DeSipio. Mas ele avalia que, em qualquer hipótese, essa população tem potencial para influir sobre o futuro político dos EUA. ■



Getty Images

A RATOEIRA DA GUERRA

Obama herdou, além do Afeganistão e do Iraque, um conflito não declarado e ambíguo sob a lei americana. Que tende a piorar, apesar do crescente desgaste político para os EUA

por Flávio Diegues



DE ACORDO COM O Instituto Gallup, a população paquistanesa é a que menos gosta dos EUA, entre os habitantes de 132 países. Só 9% dos paquistaneses aprovam a maneira como os EUA lideram o mundo, e 68% reprovam. A pesquisa foi divulgada no final de maio.

Dias antes, o diário americano *The New York Times* publicou uma reportagem dizendo que virou mania nacional no Paquistão não gostar dos EUA: eles aparecem como vilões em conversas de bar, shows de televisão, passeatas na rua e manchetes de jornais.

Nem a pesquisa nem a reportagem mencionam que os EUA estão, na prática, há dois anos, em uma guerra camuflada dentro do Paquistão. A

omissão se explica porque, em vez de tropas regulares, os ataques são feitos por aviões teleguiados operados pela CIA, a agência de inteligência dos EUA, e por equipes especiais de inteligência das forças armadas.

O governo americano não admite a guerra. Afirma que está apenas caçando líderes terroristas que agem no Afeganistão e se escondem no Paquistão. Alega estar agindo “em legítima defesa” – porque os terroristas ameaçam atacar alvos nos EUA – e diz que a perseguição tem o apoio do governo paquistanês.

A situação não é tão simples. É mais parecida com a do Iraque ou Afeganistão, onde a invasão americana deu lugar a diversas formas de resistência, seja por meio

de atentados ou de escaramuças de guerrilha. Dois anos de ataques teleguiados não enfraqueceram os grupos armados, que parecem ter apoio significativo da opinião pública paquistanesa.

Uma possibilidade mais realista é que os EUA estão buscando reestruturar a influência que têm no Paquistão, estremejada pela queda do governo de exceção do general Pervez Musharraf, em agosto de 2008.

O objetivo explícito dos grupos armados é se contrapor à intervenção militar dos EUA e da Europa na Ásia Central e no Oriente Médio. O perfil dos atentados – a maior parte contra alvos militares ou delegacias de polícia – indica que eles procuram forçar o governo ►

paquistânês a retirar o apoio que dá – não oficialmente – à intervenção americana e europeia.

A ofensiva teleguiada começou com a ascensão do primeiro governo civil, nove anos depois que Musharraf tomou o controle do governo paquistânês por meio de um golpe de Estado. Musharraf foi impedido pelo judiciário de se recandidatar e tentou evitar a eleição de fevereiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a candidata mais importante, Benazir Bhutto, foi morta em um atentado durante um comício. Sob muita tensão, o pleito deu maioria parlamentar ao Partido do Povo do Paquistão, de Benazir. Musharraf foi destituído e Asif Ali Zardari, marido de Benazir, assumiu a Presidência em setembro.

“ISTO É UMA GUERRA”

Em abril deste ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um relatório apontando negligência do governo Musharraf em garantir a segurança da candidata e na apuração do assassinato.

Até então, os aviões teleguiados – chamados *drones*, *predators* e *reapers* – eram usados basicamente contra grupos armados afegãos que se escondiam no Paquistão, e os ataques eram pontuais. Nos primeiros sete meses de 2008, por exemplo, houve apenas sete operações.

Com Musharraf fora do governo, em agosto o número salta para 18, até outubro, e para 30 ou 38 (dependendo da fonte) até o fim do ano. Em 2009, já sob a Presidência de Barack Obama, os *drones* foram acionados 53 vezes, e, este ano, 34.

As ações armadas cresceram paralelamente: o governo paquistânês fala em mais de 500, entre 2008 e 2009. O número de vítimas dá uma ideia da evolução: passou de 6.715, em 2008, para 11.585,

em 2009, de acordo com a organização South Asia Terrorism (que filtra e soma dados tirados do noticiário).

Até a última semana de maio passado, já tinham morrido mais 3.005 pessoas. O registro mostra 653 civis; 206 policiais, soldados e agentes de segurança paquistânês; e 2.146 membros dos grupos armados. Das quase 29 mil vítimas contabilizadas pela South Asia desde 2003, dois terços morreram depois de agosto de 2008.

Isso indica que existe um confronto crescente – e não uma caçada cirúrgica a grupos isolados de terroristas. *The New York Times* interpreta o sentimento antiamericano dos paquistânês como mania de perseguição. Ilustra com a frase de um professor de inglês de Lahore, Shaista Sirajuddin: “se falta água na torneira, a culpa é dos americanos”.

Mas, quase ao mesmo tempo, a agência *Reuters* deu uma longa reportagem mostrando que não havia sinal de que a ofensiva dos *drones* iria terminar. Ela tinha se metamorfoseado em uma guerra paralela. “Isto é uma guerra”, explicou à agência Jeffrey Addicot, da Universidade Saint Mary, ex-assessor do governo americano sobre o terrorismo.

“O campo de batalha da ‘guerra ao terror’ é global”, continua Addicot. “Como na Segunda Guerra Mundial, não há limitações nacionais nem fronteiras [...] Eles [os terroristas] são inimigos de combate, e, se não se rendem, podemos matá-los”.

Entre as organizações armadas, a principal mudança ocorreu em dezembro de 2007, quando mais de uma dezena de grupos, antes dispersos, adotaram um comando comum e o nome de Tehrik-i-Taliban. A palavra “taliban” é imprecisa mesmo no Afeganistão, onde denotava a orientação do governo que os EUA

apoiaram até 1998, e depois derrubaram na invasão de 2001.

O Tehrik-i-Taliban é recente, resultado da atual realidade política paquistanesa. Ele foi criado em uma *jirga* – reunião ampliada de líderes comunitários na sociedade pashtun. Essa gente é majoritária nas províncias semiautônomas do norte e noroeste do país.

Os conselhos locais decidem a maior parte das questões jurídicas e políticas e reclamam – entre muitas outras coisas – de restrições impostas pela legislação federal à aplicação da sharia, um tradicional código de conduta islâmico.

UM NOVO TALIBÃ

Segundo o especialista em direito internacional Manzar Zaidi, diretor do *The Long War Journal*, conselhos de 40 comunidades pashtuns participaram da *jirga* que decidiu pela *jihad* – guerra contra a intervenção americana e europeia na região – e confiou a tarefa ao Tehrik-i-Taliban.

A partir daí, diz Zaidi, a ideia da *jihad* cresceu. Chegou às grandes cidades pela primeira vez, no período recente. “A militância se espalhou [...] em Karachi, Lahore, Rawalpindi, Islamabad, Peshawar”, escreveu ele.

O noticiário registra a ação crescente de militantes que não têm contato direto com o conflito afegão. São grupos que se opõem tradicionalmente à influência ocidental no Paquistão, como os grupos Lashkar-e-Jhangvi e Jaish-i-Muhammad.

Em janeiro passado, o ministro do interior paquistânês, Rehman Malik, disse ao diário *Dawn*, de Karachi, que esses dois grupos tinham se combinado em uma rede terrorista. Usavam a cidade como base e diversos bairros passaram a ser considerados perigosos pela polícia.

Karachi fica no extremo oposto das províncias pashtuns no mapa do país. É

ENTREPOSTO AMERICANO

De 1954 a 2009 o Paquistão foi “o mais aliado dos aliados” americanos, diz Liam Collins, da Universidade Princeton

1940

A Liga Muçulmana apoia separar o Paquistão da Índia como parte da independência indiana.

Gandhi em 1942: “Eu quero a independência hoje, essa noite mesmo”.

1947

Inglaterra perde a guerra colonial, aceita a independência indiana e paquistanesa e alia-se ao governo do Paquistão.

1954

Primeira aliança militar Paquistão-EUA.

1958

Com um golpe, o general Ayub Khan alia-se aos EUA contra a ex-União Soviética e cria o “direito divino dos chefes militares”.

1969

Fim da guerra civil de 1965. Zulfikar Ali Bhutto é eleito em 1971 e nacionaliza a indústria pesada sob crítica do governo americano.

uma megalópole de 18 milhões de habitantes cercada de favelões. Desde os anos 1990, as indústrias saíram da cidade, diz um estudo da ONU, criando uma multidão de desempregados sem-teto.

Há sinais de que essa população pobre busca ajuda nas madrassas, escolas islâmicas que dão aos seus alunos o nome de talibã, “estudantes”, em árabe. O número de madrassas vem aumentando nos últimos anos, em várias grandes cidades, inclusive por falta de escolas.

Nos últimos anos, elas teriam servido de fonte para a insurgência arregimentar de 9 mil a 15 mil militantes, dizem os especialistas de *The Long War Journal*. Esses rebeldes teriam apoio velado ou aberto de organizações populares, pequenos comerciantes, funcionários públicos, militares ou mesmo empresários ricos de Karachi ou Lahore.

ADVOGADO DO TERROR

The New York Times cita, por exemplo, a Associação dos Advogados da Suprema Corte, que em abril divulgou uma nota de protesto contra os ataques dos *drones*. A reportagem menciona que seu presidente, Hashmat Ali Habib, tem militantes armados entre seus clientes.

O islamismo é um canal, mas o problema não é religioso. Há islâmicos e secularistas democratas e conservadores, contra e a favor da aliança com os EUA. Ayesha Siddiqi, ex-pesquisadora da Marinha paquistanesa, diz que o poder no país deriva de uma relação antiga entre os generais e a direita religiosa. Desde os anos 1950 os dois lados se reforçam mutuamente.

Ela é autora de um livro de muita repercussão – *Empresa militar: por dentro da economia militar no Paquistão*, de 2001. Ehsan Masood, do site *OpenIndia*, recorreu aos dados de Siddiqi para argumentar

que os militares preservam resquícios da estrutura colonial.

“Estima-se que 12% das terras públicas são propriedade dos militares”, diz o jornalista. Acrescenta que esse tipo de prerrogativa vem de leis inglesas que foram abolidas na Índia depois da independência, mas mantidas no Paquistão.

Após a independência, os grupos dominantes paquistaneses migraram da esfera inglesa para a americana. Os governos americanos apoiaram o golpe do general Ayub Khan em 1958, que terminou em guerra civil, em 1969; o do

Quem criou o talibã? A CIA e o serviço de inteligência do Paquistão, diz o presidente

general Zia-ul-Haq, que em 1977 depôs o governo de Zulfikar Ali Bhutto, eleito em 1971; e o de Musharraf, em 1999.

Os militares controlam especialmente o ISI, serviço de inteligência. Além do poder direto, são acusados de manter esquadrões paramilitares formados pelo ISI na época de Zia-ul-Haq – inclusive com participação de grupos pashtuns. Seriam, hoje, apenas esqueletos no armário.

Será? A dúvida retornou com o assassinato de Benazir. Poderia ser obra de grupos islâmicos ligados ao ISI? O canal americano NBC foi perguntar a Zardari, no início de 2009, e também quis saber se eles poderiam influenciar as decisões de governo.

Zardari respondeu: “Eu acho que isso é parte do seu passado e do nosso passa-

do, e que o ISI e a CIA criaram [o talibã] juntos”. Meses depois, ele explicou ao *Daily Times* paquistanês que “a militância e o extremismo emergiram [...] não porque a burocracia civil era fraca e desmoralizada, mas porque foram deliberadamente criados e alimentados para atingir objetivos a curto prazo”.

É impossível traçar uma linha clara entre todos os lados que se enfrentam no Paquistão, atualmente. Ou perceber os objetivos imediatos de cada ataque ou conta-ataque. O *Daily Times* deu um exemplo recente. É um jornal secular, adepto da democracia ocidental.

ATENTADO À OTAN

Mas insiste desde o ano passado que “a opinião pública paquistanesa opõe-se intensamente aos *drones*”, e é contra “o governo permitir que tropas da Otan [aliança militar euro-americana] passem pelo Paquistão em direção ao Afeganistão”.

No início do mês passado, um grupo terrorista explodiu trinta caminhões da Otan perto de Islamabad, a capital paquistanesa. Essa rota havia substituído outras junto à fronteira afegã – que a resistência afegã bloqueou desde o final de 2007.

O desvio por Islamabad, mais ao sul, parecia seguro, e muitos jornais falaram em nova façanha “do talibã”. Mas seriam opositores da aliança com a Otan ou agentes provocadores? O *Daily Times* deixou a dúvida no ar, dizendo que foi “chocantemente clara a facilidade com que os militantes executaram a ação”.

Dentro do Majlis, o Parlamento, é possível ter uma noção geral dos lados em disputa. Os grupos armados antiamericanos têm relação próxima com alguns partidos legais, como o Jamiat Ulema Islam, que tem raízes políticas na guerra anticolonialista. ▶

1977

O general Zia-ul-Haq depõe Bhutto e o enforca. Apoiado pela liderança religiosa pashtun, cria tropas paramilitares. Guerrilheiros depõem o governo afegão em 1978. Meses depois, os russos invadem o país.

1988

Atentado mata o general Haq. Os EUA impõem sanções ao país em 1990, ano da primeira eleição em uma década. Seguem-se vários governos eleitos. Os russos saem do Afeganistão em 1989.

1996

Grupos pashtuns tomam o poder afegão e começam a negociar, com a empresa americana Unocal, um gasoduto paralelo aos dos russos na região.

1999

Documento republicano nos EUA opina sobre a aliança com o Paquistão: “a democracia não é tudo”. O general Musharraf dá um golpe e apoia a invasão americana do Afeganistão, em 2001.

2007

A empresa militar americana Xe, ex-Blackwater, instala-se no Paquistão. Em 2009 os EUA constroem uma embaixada-fortaleza em Islamabad, com alojamento para 330 funcionários.

Sua postura é nacionalista e de resistência a mudanças culturais. Partilha a defesa da cultura com partidos menores. Muitos são regionais, mas influentes no Majlis. A terceira maior força parlamentar é uma coalizão de partidos com esse perfil, a Muttahida Majlis-e-Amal.

Em 2002, essa aliança fez 63 deputados (são 272 no total). Em comparação, a Liga Muçulmana do Paquistão, de Musharraf, ganhou 126 cadeiras, e o Partido do Povo do Paquistão, 81.

A frente Amal ganhou peso político na resistência a Ayub Khan, nos anos 1960, e a Liga Muçulmana é da mesma época: foi criada por Khan, em 1962, para institucionalizar seu governo. O Partido do Povo, criado por Zulfiqar Ali

Bhutto, pai de Benazir, se formou em 1967, unificando a oposição democrática a Zia-ul-Hak.

Desde meados de 2007, a frente Amal decidiu que não participaria da eleição em protesto ao apoio do Paquistão à diplomacia americana; em particular, à possibilidade de o país assumir a repressão aos grupos armados antiamericanos.

O Paquistão entrou na agenda americana no começo de 2008. Em março, o então chefe da CIA, Michael Hayden, disse que a situação nas áreas tribais, ou pashtuns, era de “perigo claro e imediato”. Em novembro, dois especialistas afirmaram num relatório ao Congresso que o exército americano estava preparando grupos armados como forma de conter a insurgência.

O relatório, de Alan Kronstadt e Kenneth Katzman, recomenda que “milícias privadas podem representar uma resistência crescente à militância islâmica”. Um mês depois, o vice-secretário de Estado, John Negroponte, declarou que “os EUA e nossos aliados enfrentam desafios de médio prazo devido à relutância e inabilidade do Paquistão de empurrar os santuários terroristas de volta à região tribal”.

Logo depois de assumir, Obama teve que lidar com a questão. O novo diretor da agência, Leon Panetta, explicou ao Congresso que havia um programa irregular de assassinatos pela CIA. Alguns especialistas opinaram que o programa nunca tinha chegado a funcionar.

BUSH: ASSASSINATOS

Alguns senadores republicanos afirmaram que o debate era irrelevante porque Obama já tinha autorizado os ataques com *drones*. Em julho, o diário *Los Angeles Times* divulgou que Bush, desde 2007, teria autorizado um programa secreto – não sujeito a verificação pelo Congresso – para matar líderes terroristas.

Anunciou que Panetta já tinha encerrado o programa, que envolvia formar “equipes paramilitares de elite” a serem introduzidas “no Paquistão e outros lugares” para capturar ou matar líderes terroristas.

O debate amainou, aparentemente, porque o presidente assumiu a responsabilidade pelo programa. Mas ele voltou a esquentar, e, desde o início deste ano, Obama aumentou a pressão para o Paquistão “colaborar” com a luta antiterror.

Tanto Panetta quanto a secretária de Estado, Hillary Clinton, foram ao Paquistão com esse fim.

Zardari, por sua vez, expôs ao Congresso americano a posição do seu governo. Ele dividiu o problema em duas partes.

No campo político, disse que os *drones* “levantam questões de soberania”. Sugeriu aos EUA repassarem a tecnologia aos paquistaneses para que não seja usada “por tropas estrangeiras”. A “parceria estratégica” dos dois países, afirmou, deveria se basear no “respeito e confiança mútuos”.

No campo econômico, pediu maior abertura do mercado americano aos produtos paquistaneses, porque a economia do seu país estava “paralisada”. Elogiou Obama por seu “compromisso

NEM A AL-QAEDA, NEM O TALIBÃ

A ONU diz que no atentado que matou Benazir houve negligência do governo paquistanês

O assassinato de Benazir Bhutto (na imagem), em 27 de dezembro de 2007, voltou a chamar a atenção para o terrorismo de Estado no Paquistão – o uso escamoteado de grupos armados pela polícia, pelo exército e pelo serviço de inteligência, o ISI. O relatório da ONU não aponta culpados, mas responsabiliza os órgãos de segurança do governo por negligência. Divulgado em abril, diz que “as falhas da polícia e de outros funcionários [...] foram, em muitos casos, deliberadas”.

Por exemplo: a polícia de Rawalpindi limpou a cena do crime com jatos de água antes de investigar e atrasou a entrada dos investigadores em dois dias. O atentado, em meio a um comício para a eleição de fevereiro de 2008, resultou em uma carnificina com 140 mortos.

O governo em vigor, de Musharraf, sabia das ameaças. Benazir o informou por escrito, dias antes de sua volta do exílio, na Índia, para a eleição. Citou três possíveis mandantes. A imprensa paquistanesa sugeriu, especialmente, os nomes de Chaudhry Elahi, ministro-chefe do Punjab, e Hamid Gul, ex-chefe do ISI.

O partido de Benazir divulgou essas especulações sem confirmá-las. Mas transcreveu parte da carta na qual ela diz que, se fosse morta, “não nominaria nem o talibã afegão, nem a Al-Qaeda nem o talibã paquistanês”.

É uma novidade: esses grupos geralmente aparecem ao lado do ISI e dos EUA nas denúncias de disseminação do terror. Há muitos exemplos. “Os EUA ajudaram a criar tanto Osama bin Laden quanto o talibã”, escreveu a revista britânica *The Economist*, em 2001.

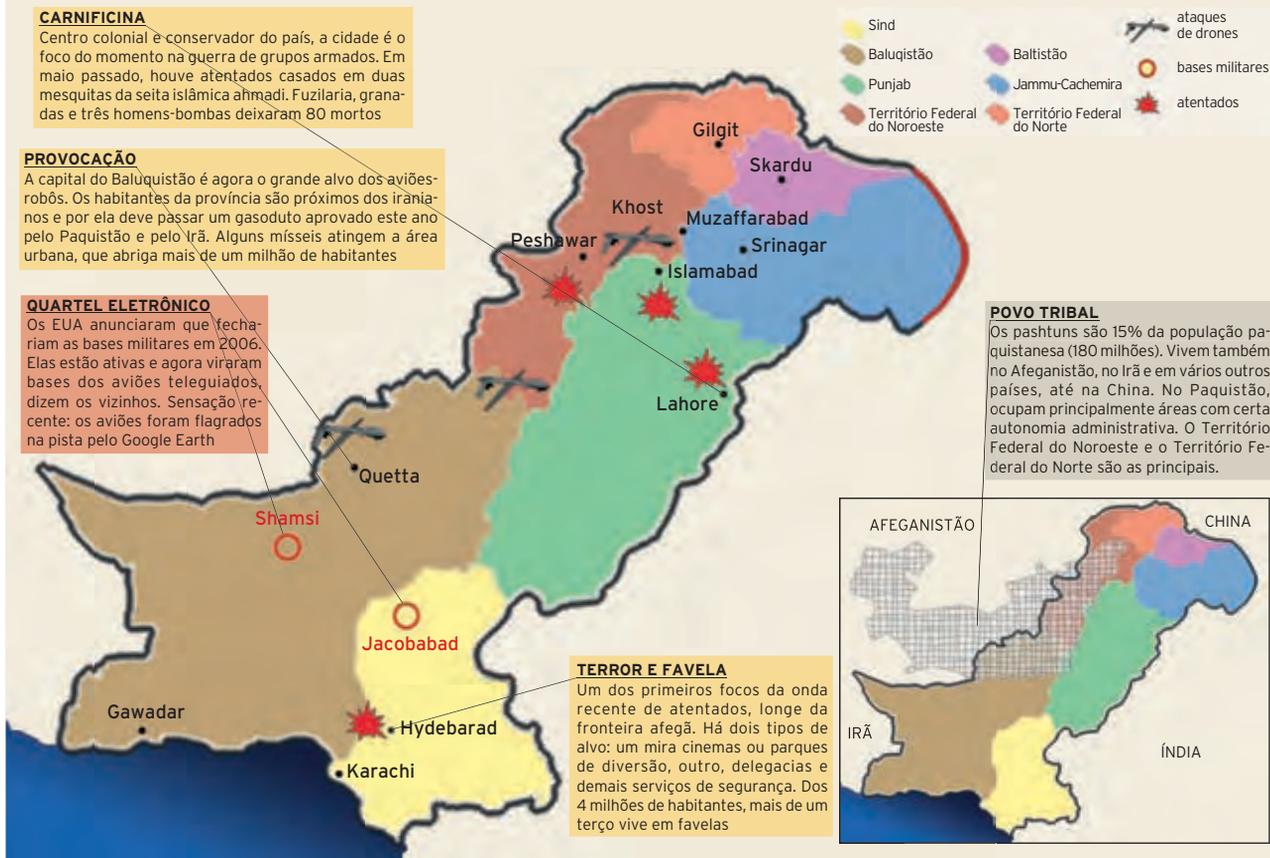
Phil Gasper, da Organização Socialista Internacional, acrescentou que o Paquistão e os EUA trabalharam nisso juntos, nos anos 1980. Com apoio do então presidente Zia-ul-Haq, diz Gasper, “os EUA recrutaram combatentes entre 3 milhões de refugiados afegãos no Paquistão e grande número de mercenários de outros países islâmicos”.

A carta de Benazir sugere que, de lá para cá, houve um realinhamento desses grupos. E que o feitiço pode ter virado contra o feiticeiro.



PAÍS AOS PEDAÇOS

Variedade de povos, atentados de vários tipos e ataques americanos fazem o país tremer



com a democracia”, mas disse que “a estabilidade democrática depende do desenvolvimento”. Citou, especialmente, o custo da guerra ao terror, de 35 bilhões de dólares em oito anos.

O “MAR DA JIHAD”

São basicamente as mesmas demandas que Musharraf fazia: confiança dos americanos para controlar a rebeldia e apoio econômico para amenizar a insatisfação interna. Nada indica que Zardari tenha mais sucesso. A transferência de tecnologia é ainda mais improvável.

Não é impossível porque, apesar de muita má vontade, o governo paquistanês já assumiu boa parte do desgaste de enfrentar os rebeldes. A intenção de Zardari era negociar com os grupos armados. Logo que assumiu, aceitou, por exemplo, o uso da sharia em algumas regiões pashtuns.

Depois recuou, sob pressão americana, e os atentados endureceram. Do lado americano, ao mesmo tempo, cresceu o coro de especialistas para os quais os

drones não resolvem o problema da jihad. Entre eles, Bruce Riedel, ex-assessor de Obama no assunto. Tem dito que não há solução pontual face ao “mar da jihad”.

Em abril, vários expoentes em leis disseram ao Congresso que o assassinato

Especialista em direitos humanos da ONU: EUA sugerem que não devíamos investigar a guerra

é ilegal, com *drones* ou sem *drones*. Quem não usa uniforme, não pode agir como soldado, definiu Mary O’Connell, da Universidade Notre Dame. Destacou que “nem a CIA nem empresas privadas podem ser autorizadas a fazer isso”.

David Glazier, da Escola de Direito Loyola, reforçou. Disse que, em nenhuma hipótese, se poderia considerar agentes

da CIA como “combatentes legais”. Acrescentou que os executores de uma ordem para matar poderiam ser presos e processados pela justiça americana.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU ampliou a pressão. O australiano Philip Alston, indicado para examinar o problema, entregou seu relatório no final de maio. “O maior problema é que continuam a me dizer que [os ataques da CIA] são uma questão de conflito armado”, disse ele.

E explicou à repórter do site *Democracy Now*: “A sugestão deles [do governo americano] é que o Conselho de Direitos Humanos não devia ficar olhando o que os EUA estão fazendo na guerra ao terror”.

O crescimento desse tipo de crítica tende a fortalecer uma saída da maneira proposta por Zardari. Mas o fato de isso ainda não ter acontecido indica que a instabilidade paquistanesa é ainda maior do que mostra a pesquisa Gallup. O resumo é que Obama corre um bom risco de cair na ratoeira que Bush deixou no Paquistão. ■

GRITOS E SUSSUROS SOLTOS NO AR

Georgette Fadel relembrou com música e sensibilidade as obras de Gianfrancesco Guarnieri, num repertório com arranjos feitos por Edu Lobo e Carlos Lyra

por Izaías Almada

O ENSAÍSTA E CRÍTICO teatral Sábato Magaldi, em seu livro *Panorama do Teatro Brasileiro* (primeira edição de 1962), diz, após analisar as três primeiras peças escritas pelo autor, ator e compositor Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006): “Entre os jovens autores, Gianfrancesco Guarnieri é o único que obteve apenas êxitos, sem ter chegado ainda aos trinta anos de idade. A inata vocação artística impede-o de desvirtuar os textos em função do proselitismo político. A inequívoca humanidade dos seus heróis tem falado a espectadores das mais diversas camadas, sem tornar-se o paradigma de um grupo específico. Essas virtudes prognosticam para o dramaturgo um grande futuro,

entre os que mais enchem de esperanças o teatro brasileiro”.

O crítico ainda se referia, nessa época, aos textos de *Eles Não Usam Black-Tie*, *Gimba* e *A Semente*, antevendo um futuro promissor, mas longe de adivinhar que toda a carreira dramática de Guarnieri se constituiria num progressivo encadeamento de textos que, para além da “inequívoca humanidade de seus heróis”, revolviam as vísceras de um Brasil injusto, preconceituoso e totalitário, particularmente nos anos que vão de 1964 a 1979.

Dos personagens heróis quase anônimos dos morros e das favelas (*Black-tie*, *Gimba* e *A Semente*), a uma instigante passagem pelos temas da reforma agrária

e da desmistificação do uso do poder através da superstição (*O Filho do Cão*), o jovem Guarnieri avança, já então ao lado do companheiro e teatrólogo Augusto Boal, pelos caminhos brechtianos, ao dar vida a duas sagas libertárias brasileiras, desta vez como luta coletiva emblemática para o tempo em que se vivia: *Arena Conta Zumbi* e *Arena Conta Tiradentes*. Tempo de guerra e sem sol...

Vivia-se o final dos anos sessenta e, no emblemático ano de 1968, o Brasil iniciava sua caminhada, deflagrada com o golpe civil e militar de 1964, para uma década mais dura de terrorismo de Estado com a edição do AI-5, um monstro jurídico que, entre outras arbitrariedades, fechou o

Congresso Nacional, colocou a UNE fora da lei, lacrou sindicatos de trabalhadores, impôs a censura à imprensa e extinguiu a figura do *habeas corpus*. O rescaldo de tal violência é a prisão de milhares de brasileiros, entre eles artistas e intelectuais.

No plano cultural, os palcos e as ruas brasileiras ganharam novas arenas e nova consistência: a luta contra a ditadura. Uma década efervescente, na qual o teatro e a música popular deram o mote. No período, Guarnieri destacou-se em seu trabalho como ator, e, também, em textos como os de *Castro Alves Pede Passagem*, *Ponto de Partida* e *Um Grito Parado no Ar*. Um teatro firme, de intervenção social, de forte apelo à participação política e com uma singular curiosidade, embora não fosse essa propriamente uma novidade: o uso pungente da mais autêntica música popular.

NÃO FOI EM VÃO

Canções que se immortalizaram no nosso cancionário foram lançadas em peças de Guarnieri nesse período ou mesmo antes dele, tendo como parceiros os nomes sonantes de Edu Lobo, Sérgio Ricardo, Toquinho, Adoniran Barbosa, Carlos Lyra, entre outros.

Outro parceiro, mais contemporâneo, foi Heron Coelho, diretor e roteirista de *Um Grito Solto no Ar*, show musical vibrante que circulou no primeiro semestre deste ano em São Paulo, interior e capital, como parte da temporada apresentada no Sesc Pompeia. A casa de shows, com suas pa-

redes de tijolos e tetos de vigas aparentes, abraçou comovida a figura de seis jovens que foram buscar na música teatral de Guarnieri a seiva e a inspiração para um espetáculo de rara sensibilidade.

Heron e Guarnieri se conheceram num ciclo de leituras realizado pela Funarte nos anos 1990 e que inspirou Heron a realizar em 2005 o espetáculo *Arena Conta Guarnieri*, um ano antes do falecimento do autor. Nessa montagem tomou parte a atriz Georgete Fadel. A morte de Guarnieri sugere ter deixado em Heron e Fadel a expectativa de uma nova parceria. O reencontro vem com o bellissimo musical *Um Grito Solto no Ar*.

Aproveitando o metafórico grito de 1973 (*Um Grito Parado no Ar*), no qual o autor põe em cena um grupo de teatro que ensaia e discute os problemas de sua sobrevivência e de ter voz e participação diante de um regime de censura e repressão, Heron homenageia Guarnieri quase quarenta anos depois com a satisfação de poder cantar em liberdade, como quem diz: Guarnieri, sua luta não foi em vão, nem a de todos aqueles que foram presos, torturados ou mesmo morreram por querer liberdade.

A troca de adjetivos no título não é apenas licença poética, mas expressa uma mudança real no Brasil, embora ainda se possa encontrar aqui e ali os saudosos da ditadura, os que ainda se arrepiam ao ouvir falar em respeito aos direitos humanos.

Com uma cenografia simples e despojada (Hevelyn Coelho e João Nunes), uma iluminação que, além de criar os vários climas para as canções, ajuda a concentrar o olhar do público no imenso espaço à sua volta (João Nunes) e o som de “gente grande”, do Quinteto Sarzi, de inegável qualidade musical nos arranjos e na instrumentalização, o espectador, que ouve e até canta alguns dos sucessos de Guarnieri, sai do teatro com a sensação de que ficaria ali mais tempo e com enorme prazer, tal a sensibilidade e a magia que o envolve.

PROFUNDO AMOR

A qualidade sonora, a movimentação cênica e o arrebatamento de cada uma das canções apresentadas, contudo, têm um nome a ser destacado: Georgete Fadel. Atriz, que, aos 35 anos, vai costurando as várias facetas do seu talento e construindo uma carreira de méritos inquestionáveis, com grande domínio da voz e do corpo. Quem teve a oportunidade de assistir, entre outros trabalhos de Fadel, às recentes encenações de *Gota d'Água* (também com a direção de Heron Coelho) e *Rainhas*, a livre adaptação de *Mary Stuart* (Friedrich Schiller), é capaz de acompanhar o desenho sutil, a delicada sensibilidade na interpretação de cada uma das canções como fruto da inteligência de uma atriz excepcional. Sua capacidade histriônica e de comunicação com o público é o resultado de um amadurecimento e de uma vivência com várias experiências teatrais, entre elas a do teatro de rua. E, sobretudo, uma voz adequada às canções escolhidas, quer nos momentos de alegria ou mesmo nos sussurros de advertência ou graciosa ironia.

Num espetáculo em que o todo é harmônico, sob a direção segura de Heron, corre-se sempre o risco da injustiça, quando se elege esse ou aquele momento, essa ou aquela canção. Arrisco dizer que “Upa Neguinho” (Edu Lobo), “Vidas Rasas” (Sérgio Ricardo) e “Pois é” (Márcio Proença) são pontos altos do show, no qual não falta a voz do próprio Guarnieri numa comovente declaração de amor: “Sempre estive ao lado do povo, não por demagogia, mas por profundo amor”.

As liberdades conquistadas, como bem sabemos, deram rédea solta também a um liberalismo agressivo e egoísta. Ainda é preciso gritar por fraternidade e igualdade. O canto de amor de Guarnieri, explícito e corajoso em seu apelo por justiça, continua no ar, exigindo que ele se torne respirável e dividido entre todos. ■

Guarnieri e Miriam Mehler no Teatro de Arena encenando *Eles Não Usam Black-Tie*, em 1958



O LADRÃO DE PERNAS DE BORRACHA

Biografia de Gino Meneghetti repõe mitos e lendas sobre célebre bandido ítalo-paulistano sem desvendar o território urbano que lhe serviu de cenário

por *Julia Andrade e Maurício Cardoso*

GINO AMLETO Meneghetti (1878-1976), italiano de nascimento, imigrou para São Paulo no início do século XX e, nessa cidade, construiu uma renomada carreira como ladrão de residências de luxo. Foi preso dezenas de vezes e passou, ao todo, cerca de 40 anos encarcerado.

Sua última “divergência com a lei”, em junho de 1970, registrada numa placa fixada ainda hoje na parede da Livraria da Vila, no bairro de Pinheiros, ilustra o emaranhado de versões que fizeram a história do “gato dos telhados”. Segundo a polícia, Meneghetti tentava abrir o portão de uma casa, com um martelo e uma

talhadeira, quando foi flagrado e preso. Ele, no entanto, contestou a história diante do doutor delegado afirmando que estava de passagem, carregando nas mãos as ditas ferramentas, quando um policial o reconheceu. Ainda conforme versão do acusado, o dito representante da lei fez enorme alarde porque imaginou que sairia na imprensa ao prender o famoso ladrão – àquela altura com 92 anos de idade.

Mouzar Benedito, autor de *Meneghetti – o gato dos telhados*, conclui, assim, esta polêmica: “Verdade ou mentira? Isso fica por conta da imaginação de cada um, pois o próprio Meneghetti, em certas ocasiões, dizia ser tolice reconhecer um roubo, embora em outras anunciasse que era mesmo ladrão”.

Numa biografia não se pode esperar que o leitor imagine tudo, mas este procedimento se repete em uma infinidade de episódios narrados no livro. Benedito opta apenas pela descrição de versões antagônicas, declarando uma simpática preferência pelo ponto de vista inverossímil do seu biografado. Ele não oferece ao leitor a matéria-prima jornalística que permitiria separar o joio do trigo. Sem citar as fontes da pesquisa, a exceção de poucos artigos de imprensa, dois ou três depoimentos e a obra de M. A. Camacho (*Vida de Meneghetti: memórias*. SP, Cleópatra, 1960), o livro (re) escreve a trajetória do ladrão de “pernas de borracha” mantendo a lenda intocável. Dos anos de infância e juventude, na cidade de Pisa, na Itália, no fim do século XIX, à velhice pobre na pauliceia, na década de 1970, o livro celebra as aventuras e desventuras de Gino.

Não é para menos, pois a vida de Meneghetti “daria um filme”, cheio de peripécias, suspense e violência policial. Talvez nossa rarefeita cultura cinemato-

gráfica explique porque esse personagem das crônicas policiais rendeu apenas um curta-metragem (*Dov’è Meneghetti*, Beto Brant, 1989, 12 min.). Em outros tempos, as fugas espetaculares pelos telhados da velha São Paulo, a fama de ladrão generoso, cordial e não violento, a escolha precisa das suas vítimas endinheiradas até o pescoço e os anos de prisão alimentaram a imprensa escrita entre as décadas de 1920 e 1940.

NÃO ROUBAVA OS POBRES

Essa figura simpática e honesta do ladrão de joias que se orgulhava de não ter despachado viv’alma para o necrotério, nem ter roubado dos pobres, que viveu apaixonado pela mesma mulher, Concetta, sua única esposa (cujos filhos se chamavam Spartaco e Lenine), esse anarquista rude e primitivo, aparece com todas as tintas no livro de Benedito.

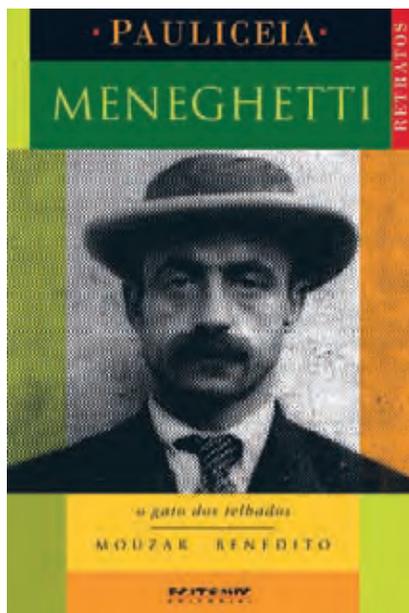
Na fatura da obra, portanto, o mito prevalece sobre a história. O caráter imperativo e a imagem empobrecida submetem a complexidade e as ambivalências do vivido e da experiência. Elevado a símbolo da ousadia individual dos oprimidos, afrouxam-se os fios que teciam a vida de Meneghetti ao universo social de sua cidade.

O jornalista e geógrafo Mouzar Benedito transita com familiaridade pelas transformações da capital paulista no longo período de atuação de Meneghetti. As informações sobre a expansão urbana e o aumento populacional contribuem para desenhar o palco das façanhas do bom ladrão. O autor aponta, por exemplo, o impacto negativo da verticalização (construção de grandes e inúmeros edifícios) para as estratégias de circulação de Meneghetti sobre os telhados dos casarões.

Pode-se vislumbrar ainda, nas entrelinhas, que as relações sociais de Meneghetti,

MENEGHETTI (O GATO DOS TELHADOS)

Autor **Mouzar Benedito**
Editora **Boitempo**
Ano **2010** Páginas **136**



com o passar dos anos, também sofreram profundas mudanças. As solidariedades de classe, mescladas à origem italiana surgiam, nos anos 1920 e 1930, como tela de proteção que permitiu a Meneghetti ampliar suas habilidades para o roubo e a fuga, escapando, com frequência, das perseguições policiais. A partir da década de 1950, o crescimento acelerado da cidade e o recrudescimento da violência e da miséria diluíram a força desses elos e levaram o herói a uma vida de pequeno marginal, vivendo seus últimos meses sob os cuidados do filho Lenine.

FALTOU SENTIDO CULTURAL

No entanto, no livro, essas relações entre o ladrão, a cidade e seus moradores parecem tecidas apenas pelas qualidades pessoais do carismático Meneghetti. São relações quase eventuais, ao sabor das circunstâncias que, no fim das contas, dependiam da fascinação que o bandido provocava, atraindo a simpatia de jornalistas, advogados, operários, outros ladrões e até mesmo de policiais. Predomina, pois, o mito que sobrevoa a cidade-cenário, mas parece não sofrer o impacto da cidade-território nem atuar sobre ela.

Seria preciso enquadrar Meneghetti num processo histórico mais amplo e complexo para atribuir sentido cultural às suas práticas. Este processo era o resultado de um duplo e simultâneo movimento: de um lado, a imperturbável marcha em direção ao progresso, cujo cartão-postal deveria ser pintado com as cores da urbanização de perfil europeu; de outro, a construção de um aparato eficaz de controle das classes populares, sob a tutela de um Estado patrimonialista e impermeável ao padrão liberal.

A propalada modernização urbana (ampliação e calçamento das ruas, a regularização do uso do solo e das edificações etc.) caminhava, portanto, de mãos dadas com a sofisticação dos sistemas de controle e disciplinamento do trabalhador; ambas, envernizadas pelo discurso da civilização que levaria o País a uma garbosa posição entre as nações europeias.

O desenvolvimento urbano brasileiro não foi obra do acaso, mas resultado de um longo percurso de tomada do poder pelas elites, como demonstra Milton Santos em *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo* (São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990). Elas pretendiam, numa única jogada, romper a espinha dorsal do movimento operário, combater as práticas ilícitas e, de quebra, construir o



Meneghetti, em 1961 com 83 anos durante depoimento a investigadores de São Paulo; no detalhe, dois dos disfarces na época em que foi preso, em 1926

edifício sagrado da “ideologia do trabalho”, condenando moral e legalmente a mendicância, a vagabundagem e o tempo livre das camadas pobres. As pesquisas de Sidney Chalhoub (*Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 2ªed.) e de Lucio Kowarick (*Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 2ªed.) investigam com lucidez este assunto.

Meneghetti simbolizou uma dissonância heroica e romântica a esse projeto hegemônico que deu o tom à vida urbana. Expressou não apenas a possibilidade do homem comum “sonhar com outra vida, cheia de dinamismo e aventura”, como sugeriu Benedito. Ao transformar telhados e muros em passarela para entrar e sair das casas, fugir da polícia e forjar habilidades de superladrão, Meneghetti reinventava usos da cidade e fazia do espaço urbano o seu

território, onde a polícia era impotente e, portanto, o controle do Estado, precário.

Sua rebeldia ecoava nas práticas coletivas do movimento operário e das associações de classe, mas ele também se nutria dessas contestações coletivas. A sua derrota pessoal, vivida em décadas de encarceramento, foi também um sinal de enfraquecimento da solidariedade da classe operária.

Lição difícil de aprender, mas um balanço sóbrio do assunto revelaria o quanto perdemos diante do esfacelamento do tecido social que separou em campos ideológicos distintos as lutas operárias e os criminalizados pelo sistema judicial. Coincidência ou política de Estado, parece não fazer diferença que os sujeitos que superlotam o sistema carcerário e os trens suburbanos têm a mesma origem social. Meneghetti encarnava individualmente essa identidade perdida. ■

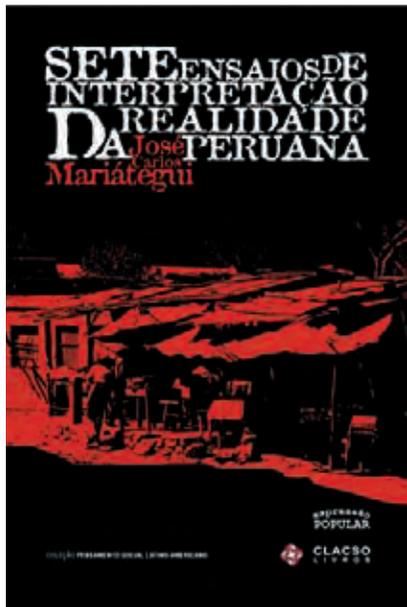
A ATUALIDADE DE MARIÁTEGUI

Publicada no Brasil tardiamente, obra do pensador peruano é referência marxista pela originalidade e criatividade na exposição de ideias

por Yuri Martins Fones

EXERCENDO INFLUÊNCIA sobre diversos movimentos sociais da atualidade, o peruano José Carlos Mariátegui é considerado um dos maiores pensadores marxistas americanos. A originalidade e criatividade de sua obra vêm inspirando debates em variadas frentes populares, como é o caso da Confederação das Nações Indígenas (Equador), das guerrilhas Túpac Amaru e Sendero Luminoso (Peru), ou mesmo dos Zapatistas. Já no Brasil, nos últimos anos, suas ideias, por meio de ensaios e teses acadêmicas, vêm ocupando cada vez mais espaço, além de terem se tornado tema de curso ministrado pelo MST.

SETE ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE PERUANA
Autor **José Carlos Mariátegui**
Editora **Expressão Popular/Clacso**
Ano **2008** Páginas **330**



Conforme afirmou o historiador Luiz Bernardo Pericás – tradutor e estudioso de seu pensamento, “Mariátegui nos mostra, ainda nos dias de hoje, a importância de se utilizar o marxismo como um ‘método’, e não como um ‘dogma’ [algo que alguns partidos ainda teimam em fazer]”. Pericás destaca ainda a atualidade de sua teoria em questões como “organização partidária e sindical”, além de sua capacidade de “adaptabilidade de tática política e incorporação de diferentes atores nas lutas sociais”. O marxismo não ortodoxo de Mariátegui, em busca de uma análise ampliada da realidade humana, incorpora também as artes, a psicanálise, a literatura, a questão indígena e, além disso, põe ênfase na formação dos trabalhadores. Pericás cita a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST: “Não há nada mais mariateguista”.

Dentre as principais obras deste jornalista e filósofo autodidata, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicado pela primeira vez em 1928, foi um choque não apenas na esquerda revisionista da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) – movimento nacional reformista liderado por Haya de la Torre, mas também nos socialistas ortodoxos, seguidores da linha soviética. Recentemente, esse clássico ganhou nova edição brasileira ao ser relançado numa parceria entre a editora Expressão Popular e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

A nova publicação traz estudo do professor Rodrigo Montoya (Universidad Nacional San Marcos, Lima), que oferece um panorama histórico do Peru, desde o início do século XX. Logo na abertura dos *Sete ensaios*, Mariátegui, à revelia de qualquer enquadramento ideológico, declara que seu trabalho se desenvolve “segundo a observação de Nietzsche, que não apreciava o

autor envolvido na produção intencional e deliberada de um livro, mas sim aquele cujos pensamentos formavam um livro de forma espontânea”. Aos críticos que o acusavam de europeizado, ele contestou: “Fiz na Europa o melhor de minha aprendizagem e acredito que não há salvação para a Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus”. Afirma que é preciso que se valorizem as tradições comunitárias das nações indígenas, bem como a sua fé – propondo uma transformação ideológica e política de suas tradições místicas. A solidariedade e a fé (esperança), para ele se postam em contraste com o individualismo burguês e seu “nihilismo cansado” – que somente crê naquilo que pode possuir de imediato, acovardando-se diante da possibilidade de uma existência mais plena. Para Mariátegui, o marxismo, mais além da teoria, é sentimento, paixão, “fé na causa revolucionária”. Não pode ser limitado por uma visão mecanicista (positivista) – estagnada e preestabelecida, como queria a ortodoxia soviética –, mas é antes um método interpretativo e uma prática de vida que deveriam ser construídos segundo a realidade de cada país. A este respeito, Pericás afirma que o objetivo do autor é “articular de modo dialético a necessária modernidade técnica de origem europeia e as tradições comunitárias indígenas favoráveis a uma perspectiva socialista”.

Para Mariátegui, o comunismo na América não pode ser uma cópia, mas tem de ser uma “criação heroica” – na qual a comunidade camponesa autóctone, essencialmente solidária em suas relações sociais, deverá se tornar a base do Estado comunista contemporâneo. As práticas saudáveis dos povos indígenas têm de ser preservadas, sem que no entanto se deixe de levar em conta o aporte que a cultura europeia

legou ao mundo – e cujo “mais alto plano é a filosofia marxista”. Diferentemente das análises fechadas então predominantes dentre os partidos comunistas europeus, Mariátegui parte de uma observação básica: o socialismo num país, onde três quartos da população é indígena, não pode ser criado sem a participação efetiva dos índios. A libertação do índio peruano passa pela união dos povos indígenas, numa luta conjunta com camponeses e trabalhadores urbanos, na construção de um socialismo adequado às realidades históricas do Peru. Alerta ainda que o socialismo não pode ser confundido com o indigenismo dos apuristas – ideia criada verticalmente por mestiços (crioulos) que, embora útil para condenar o latifundismo, tinha um cunho filantrópico de caridade, que não servia à Revolução (também aqui se observa a influência de Nietzsche, a desmascarar o suposto valor do bom burguês caridoso).

ABUNDÂNCIA DE IDEIAS

Os Sete ensaios tratam de temas históricos, segundo uma análise materialista-dialética

– à semelhança de Caio Prado Júnior em sua primeira grande obra, *Evolução política do Brasil*, que apareceria poucos anos depois, em 1933. Mariátegui confessa que ele quis que cada um dos sete temas fosse um livro autônomo – mas a brevidade de sua vida não lhe permitiria escrevê-los. Vítima de uma infecção na perna, derivada de um golpe que recebera quando jovem, Mariátegui morreu em 1930, antes de completar 36 anos.

O primeiro de seus ensaios é dedicado a dissecar os “esquemas da evolução econômica” de seu país, desde a economia colonial até a republicana, atentando para o problema essencial dos latifúndios e de uma economia basicamente agrária. Logo no início, apresenta sua famosa tese do comunismo primitivo em que viviam os incas (ou quéchuas), povo “disciplinado e simples” e que dispunha de “bem-estar material”. Mariátegui analisa o tema, afirmando que “a organização coletivista, regida pelos incas, tinha amortecido o impulso individualista nos índios; mas havia desenvolvido neles, em proveito deste regime econômico, o há-

bito de uma humilde e religiosa obediência ao seu dever social”.

Já o segundo ensaio busca entender a questão indígena segundo um viés marxista: “O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos; deixamos de considerá-lo abstratamente como um problema étnico ou moral, para reconhecê-lo concretamente como um problema social, econômico e político”. No terceiro ensaio, o autor trata do problema da terra, fazendo um levantamento histórico desde o escravismo colonial até a república latifundista.

Os quatro últimos ensaios são dedicados à crítica de temas paralelos, que têm como fio condutor a europeização cultural de seu país: a educação pública, a imposição do catolicismo, o centralismo e distanciamento de Lima da realidade peruana e, por fim, a literatura peruana. Sua tese é a de que o eurocentrismo tornara-se predominante, mesmo no interior do marxismo, e que cabia, agora, não negá-lo, mas incorporá-lo às peculiaridades históricas.

ATRASO DE 47 ANOS

Apesar do grande reconhecimento que as ideias de Mariátegui desfrutam atualmente, sua chegada ao Brasil foi tardia, devido a fatores como a marginalidade do Peru (diante de um Brasil voltado para a Europa e EUA, e quando muito à Argentina ou ao México), e também devido ao “desvio ideológico” de seu marxismo autônomo, em uma época de linha-dura moscovita. Somente em 1975, o sociólogo Florestan Fernandes conseguiu promover a publicação de seus *Sete ensaios* em nosso idioma – lançado pela editora Alfa-Ômega, com um atraso de 47 anos.

Hoje o livro conta com mais de 70 edições, em cerca de 20 países, sendo o livro peruano mais lido no país e no exterior – com cerca de 2 milhões de exemplares vendidos. Para o estudante peruano, o livro é de leitura obrigatória.

Além dos *Sete ensaios*, outra obra de grande importância e pertinência – e que não foi publicada em português – é *Defensa del marxismo*, na qual o autor trata de temas filosóficos, discutindo Kant, Hegel e Lênin, além de criticar revisionistas do marxismo. Ao final do livro, desenvolve ainda interessante análise sobre as contribuições de Freud para o pensamento marxista contemporâneo, na qual afirma que “A interpretação econômica da história não passa de uma psicanálise generalizada do espírito social e político”.

Mariátegui foi traduzido para cerca de 20 países com mais de 2 milhões de exemplares vendidos

Divulgação



CONTRA O TEMPO...

Projeto da nova lei sobre o tema tenta aumentar a presença do Estado e acabar com atrasos da área, mas enfrentará resistência dos intermediários das obras culturais

por Aloisio Milani



O DIREITO AUTORAL no Brasil está numa encruzilhada, acuado entre os exemplos de seu atraso. Nas universidades e faculdades, alunos tiram cópias de livros para estudar a bibliografia sugerida pelo professor. Em outro lugar, internautas trocam arquivos mp3 usando softwares *peer-to-peer* para, depois, ouvirem-nos em tocadores portáteis e celulares. Enquanto isso, bibliotecas trabalham entre a cruz e a espada na preservação e digitalização de obras raras. Se não reproduzirem os livros velhos, podem perdê-los, mas precisam encontrar e negociar os direitos de cada obra para poder salvá-las. E mesmo quando o protagonista da “reprodução” é o próprio autor, a lei não o ajuda. A trupe musical Teatro Mágico já foi multada por ter feito um bis em um show com uma canção própria, mas que não estava na lista aprovada no Ecad – órgão que cobra por execuções públicas de músicas.

Todas essas situações, bastante cotidianas, têm algo em comum: são crimes previstos em lei, porque não possuem autorização expressa dos autores e/ou detentores dos direitos. A Lei 9.610, sancionada em 1998, é o centro dessa polêmica. Com pouco mais de uma década de existência, a legislação é a única arma para proteger artistas e intelectuais. É abrangente para tratar de livros, cinema, teatro, música, mídia, educação e conhecimento científico, mas não contempla usos já incorporados pela sociedade nem protege totalmente o autor – muitas vezes, refém de intermediários que se apropriam da maior parte do lucro das obras. Tampouco a lei indica soluções para um mundo que se “digitaliza”. São essas as regras que ditam o formato de toda estrutura da economia da cultura. Uma cadeia produtiva que movimenta bilhões de reais.

“A Lei de Direitos Autorais como existe hoje não dá conta da proteção efetiva do autor e não tem mecanismos para que a obra circule de maneira mais democrática”, avalia Guilherme Varela, advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), um dos articuladores de uma rede de 20 entidades da sociedade civil que apoiam o governo na reforma da lei. “A rede acredita que, além da função privada de proteção do autor, a lei precisa levar em conta a esfera pública. E ela deve ser contemplada para a consagração de outros direitos também fundamentais, como o da educação, cultura e acesso ao conhecimento”.

Quem lidera a formulação de um novo projeto de lei dentro do governo é o Ministério da Cultura (MinC). O debate começou há três anos, com a realização do Fórum Nacional do Direito Autoral. Oito seminários e 80 reuniões com representantes do setor foram realizados. Muitas propostas foram enviadas e incorporadas ao projeto. O tema dominou a pauta de cinco reuniões do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi), tamanha as relações com as demais áreas do governo. Onze pastas estavam na discussão. A minuta do texto foi concluída e submetida à Casa Civil para consulta formal dos ministérios. A íntegra do projeto ficará disponível na internet para receber contribuições e questionamentos formais.

“Temos três princípios maiores com este projeto”, explica o coordenador de Direitos Autorais do Ministério da Cultura, Marcos Alves de Souza. “O primeiro é equilibrar a relação do autor com o intermediário, porque a lei hoje privilegia mais o investidor. Precisamos adotar dispositivos, hoje já existentes no Código Civil, que permitam a revisão de contratos

desfavoráveis ao autor. O outro princípio é melhorar a relação entre os titulares dos direitos autorais e a sociedade. Ou seja, são os usos justos que regem o cotidiano e que não prejudicam a exploração da obra. Isso está representado hoje na lei no capítulo das limitações [artigo 46]. Queremos equilibrar os direitos dos titulares com o direito da população de ter acesso à informação e cultura. O terceiro princípio diz respeito ao papel do Estado, porque a legislação atual tem uma interpretação focada no direito privado, mas há também o interesse público nas relações de consumo, fruição e conhecimento. Precisamos retomar esse papel”, diz.

IMPEDE O TRABALHO

Qualquer relação entre a obra e sua reprodução é influenciada por essa lei. E há sinais de que ela ainda não consegue abranger o autor em todas as etapas da produção cultural. No audiovisual, por exemplo, roteiristas e diretores pleiteiam há anos receber pela exibição pública das produções. Isso hoje não é possível pelo formato da Lei 9.610 e pela falta de

Fernando Anitelli: Teatro Mágico recebeu multa por fazer um bis num show com uma canção própria



Leonardo Wen/Folhapress

organização da classe. Não existe a figura arrecadadora do cinema, como existe o Ecad para a música. “Não descartamos a função fiscalizadora que eventualmente o Estado possa exercer, mas julgamos que a arrecadação e distribuição dos direitos é tarefa particular e privada”, afirma o presidente da Associação dos Roteiristas de Televisão, Cinema e Outras Mídias, Marçílio Moraes, em documento recente da entidade.

No caso da educação, estão em questão todos os materiais, em qualquer suporte, utilizados como apoio didático, em sala de aula ou no ensino a distância. Para mapear esse setor, o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo elaborou o estudo chamado “O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil”. Ao avaliar os livros exigidos no primeiro ano de dez cursos de graduação da USP, os pesquisadores indicaram que um terço da bibliografia estava esgotada, e, para a grande maioria dos estudantes, a compra da bibliografia indicada comprometeria quase a totalidade da renda mensal familiar.

Para Pablo Ortellado, um dos coordenadores da pesquisa, a atual Lei do Direito Autoral ainda impede o trabalho de instituições do patrimônio cultural e artístico, porque exige a autorização dos titulares de direito mesmo para tirar uma cópia integral de preservação. “E, como muitas vezes não se consegue localizar o titular, porque as obras são muito antigas, ou se faz a cópia na ilegalidade ou se pode perder o acervo”, diz. “Também há uma enorme vigência do direito autoral por aqui – a lei protege toda a vida do autor, mais outros 70 anos depois de sua morte. Isso é em média 20 anos a mais que em outros países. Se uma editora que tem os direitos de publicação não o faz, a obra não circula”.

OPOSICIONISTAS

Mas é no setor musical que se ouve o maior número de opositoristas ao anteprojeto, sobretudo quanto à possibilidade de criação de um órgão estatal que regule a cobrança e distribuição dos direitos autorais. Hoje, essa etapa é autorregulada. Associações privadas organizam suas próprias regras de fiscalização. Entidades de artistas, compositores e advogados fazem a gerência do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) – um órgão não estatal que comanda as regras do setor.

Em 2009, por exemplo, arrecadaram-se 374 milhões de reais com a cobrança de direitos em rádios, televisões, shows, bares,



Para Marcos Alves Souza (MinC), nenhum país conseguiu resolver as novas questões que envolvem o tema

cinemas, festas etc. Os gritos de oposição dessas entidades se baseiam no temor de que o projeto rompa com a rotina e os métodos de trabalho construídos há anos.

A superintendente nacional do Ecad, Glória Braga, já argumentou publicamente que a lei atual é “nova” e cumpre sua função. Procurada, a superintendente não quis se pronunciar antes de ler a íntegra do anteprojeto. Idêntica foi a resposta do músico Danilo Caymmi, que por várias vezes havia criticado a iniciativa. “Prefiro me pronunciar quando tiver o projeto na mão, porque até agora só foi muito discurso para pouca ação”, resumiu. Caymmi foi um dos artistas presentes na criação do Comitê Nacional de Cultura e Direitos Autorais, grupo que questiona a proposta apresentada pelo governo. No lançamento do comitê, o presidente da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus), Roberto Mello, engrossou o coro com um manifesto. “Esse movimento ocorre às escâncaras, na certeza que assim criarão um abismo de interesses entre criadores e ingênuos”, leu Mello durante o evento, em abril. Para ele, existe a “clara” intenção de alterar as estruturas que dizem respeito “única e tão somente às classes que têm direitos autorais”.

A encruzilhada de problemas fica mais complicada quando se une ao debate o uso constante e generalizado do “jábá” – prática das gravadoras de injetar dinheiro em canais de rádio e televisão para que toquem seus artistas. Alavancam seus produtos às listas de músicas mais ouvidas e, com isso, recebem mais direitos autorais. Um dinheiro que vai e volta, embora a fórmula não

seja admitida em público pelas entidades. “A ironia é que são justamente transações privadas e secretas ocupando rádios e TVs, que são, por essência, concessões públicas e deveriam primar pela diversidade musical”, diz Fernando Anitelli, líder do grupo Teatro Mágico.

PROTEÇÃO AOS AUTORES

De acordo com Marcos Alves de Souza, do Ministério da Cultura, a criação de uma instituição que cuide especificamente de direito autoral só será feita ao final do processo de discussão e aprovação do projeto de lei. “Primeiro, precisamos saber qual o tamanho das novas competências. Sobre as sociedades de distribuição coletiva, o que existe hoje é um monopólio legal, só que sem qualquer tipo de supervisão estatal. O projeto prevê isso justamente para garantir transparência, critérios justos e uma instância de resolução de conflitos, porque hoje todos eles deságuam no judiciário”, diz. “Claro que a proposta provoca reações. Eventualmente pode haver um temor desmedido sobre estatizar as sociedades, mas não se trata disso. Não vamos assumir o papel dessas entidades, inclusive porque são elas que cuidam do âmbito privado. Nossa intenção é dar mais proteção aos autores. Quando isso ficar claro, o diálogo vai melhorar”.

A discussão no ambiente da música e dos livros deve ditar os rumos do projeto, porque interfere no modelo já construído de negócio. Contudo, na contramão deste processo, há um novo mundo surgindo, no qual o Brasil ainda engatinha em relação à regulação: as novas tecnologias de acesso a acervos de conteúdo artístico e cultural. A internet facilitou tremendamente o acesso a tais acervos, assim como a capacidade de se fazer cópias privadas e em larga escala. A simples navegação na rede se baseia, tecnicamente, em cópias de arquivos de texto, fotos, vídeo e áudio. Tudo que deriva disso não está contemplado pela legislação. “O difícil é que estamos precisando revolver os problemas analógicos para começar a buscar as soluções para o digital. Nenhum país conseguiu ainda resolver essas novas questões”, reconhece Marcos Alves de Souza.

No saldo da encruzilhada do direito autoral, o desafio maior é como colocar na mesa de negociação interesses tão díspares, do privado e do público, num ano político curto, com Copa do Mundo, eleições presidenciais e sob a influência da já difícil articulação do projeto de mudança da Lei Rouanet, que altera o formato de incentivo à cultura feito por renúncia fiscal. ■

2º CONCURSO

Revista Fórum e Fundação Banco do Brasil

aprender e ensinar

TECNOLOGIAS SOCIAIS

Professor,
represente o Brasil
no Fórum do Senegal,
África, em 2011



Transformação e desenvolvimento em debate na escola



- * Inscreva-se e ganhe uma assinatura da revista Fórum até dezembro de 2010
- * Ganhe também um exemplar do segundo livro *Geração de Trabalho e Renda*
- * Os cinquenta finalistas participarão de um seminário sobre tecnologia social, em Brasília
- * Os cinco vencedores irão ao Senegal apresentar seus trabalhos no Fórum Social Mundial, em janeiro de 2011

inscreva-se até 16 de agosto

www.revistaforum.com.br/ts

Realização

revista
Forum

 FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Nós somos descobridores. Está na natureza dos seres humanos.
Porque desde o início a humanidade se pergunta: Amanhã como é que vai ser?
E hoje todos se perguntam: Como viver intensamente o dia a dia sem comprometer o planeta?
Somos uma mineradora global. Não só porque estamos no mundo todo.
Mas porque também pensamos no mundo. Estamos presentes nos carros,
nos computadores, em quase tudo o que você usa. E estamos também presentes
nas florestas, ajudando a preservar milhares de quilômetros quadrados de áreas verdes
ao redor do mundo. Nos rios, reaproveitando 76% da água que utilizamos.
Na terra, com fertilizantes que ajudam na produção de alimentos.
No ar, utilizando energias limpas e renováveis. E junto das pessoas, respeitando
e valorizando a sua diversidade. Nós não temos todas as respostas,
mas como descobridores também não temos medo das perguntas.
Pois são as perguntas que nos movem, movem o mundo
e movem você, hoje e amanhã.

**Porque não existe futuro
sem mineração.
E não existe mineração
sem pensar no futuro.**

Descobridores

www.vale.com/descobridores

